1199400685

A Guinada da Mobilidade Social Brasileira na Década de 70

Alex Eduardo Uriarte Somaglino

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Economia da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - SP para obtenção do título de Mestre em Economia de Empresas.

Banca Examinadora: **Prof. Gesner de Oliveira (Orientador)**
Prof. Yoshiaki Nakano (FGV/SP)
Prof. José Pastore (FEA/USP)

São Paulo
1994

Fundação Getulio Vargas
Escola de Administração de Empresas de São Paulo
Biblioteca
685/94
1199400685

Sumário

Agradecimentos *vi*

1. Introdução *1*
   - 1.1. Mobilidade Social
   - 1.2. O Problema
   - 1.3. Metodologia

2. A Literatura *9*
   - 2.1. Os Determinantes da Mobilidade Ocupacional
   - 2.2. Os Determinantes Estruturais da Mobilidade Brasileira

3. Uma Análise das Causas da Guinada Brasileira *16*
   - 3.1. A Amostra e Algumas Advertências
   - 3.2. Um Esquema Analítico
   - 3.3. As Evidências
     - 3.3.1. Chegadas Líquidas por Estrato
     - 3.3.2. O Crescimento Natural dos Estratos
     - 3.3.3. A Geração de Oportunidades Ocupacionais
     - 3.3.4. Efeitos Acumulados no Tempo
     - 3.3.5. Uma Explicação para as Mudanças nas Taxas de Mobilidade

4. Aprofundando Alguns Pontos *42*
   - 4.1. Os Efeitos Acumulados da Migração Rural-Urbana
   - 4.2. A Crise Brasileira
   - 4.3. O Estrato Médio-Médio

5. Conclusão *51*

Anexo de Tabelas *53*

Bibliografia *59*

Lista de Tabelas, Quadros e Gráficos

Quadro 1a	Uma Matriz de Mobilidade Intergeracional
Tabela 1b	Taxas de Mobilidade Intrageracional (% da amostra), 1973-88
Tabela 1c	Taxas de Mobilidade Intergeracional (% da amostra), 1973-88
Tabela 1d	Tipos de Mobilidade Intergeracional (% da amostra), 1973-88
Tabela 3a	Médias Mínimas e Máximas para Características da PEA (em anos)
Tabela 3b	Distribuição da Mobilidade Ascendente por Origem e Destino, 1973-88
Tabela 3c	Distribuição da Mobilidade Descendente por Origem e Destino, 1973-88
Tabela 3d	Chegadas Líquidas por Estrato, 1973-88
Tabela 3e	Taxas Anuais de Crescimento da PEA (%), 1940-80
Tabela 3f	Taxas Anuais de Crescimento do Total de Ocupados, 1940-80
Gráfico	Taxa de Desocupação, 1973-90
Gráfico	Estrutura Ocupacional (%), 1973
Gráfico	Estrutura Ocupacional (%), 1988
Tabela 3g	Indicadores Demográficos por Zona de Residência, 1950-80
Tabela 3h	Taxa Específica de Atividade (%), 1940-80
Tabela 3i	Geração de Oportunidades Ocupacionais por Setor de Atividade, 1950-80
Gráfico	Chefes de Família Ocupados por Estrato, 1973-88
Gráfico	Crescimento dos Empregos, 1974-90
Gráfico	Crescimento dos Empregos Industriais, 1977-90
Tabela 3j	Decomposição das Taxas de Mobilidade, 1973-88
Tabela 3k	Tipos de Mobilidade, 1973-88
Tabela 4a	Taxas de Crescimento da População Rural e Urbana e Taxas de Urbanização, 1940-80
Gráfico	Produção e Investimento, 1973-88
Gráfico	Geração de Empregos, 1973-88
Tabela 4b	Repartição Setorial do PIB (%; anos escolhidos), 1973-88

Anexo de Quadros e Tabelas

A1. Estratos Sociais para o Brasil e Suas Principais Ocupações

A2. Matrizes de Mobilidade Intergeracional (milhares), 1973, 82, 88

A3. Matrizes de Mobilidade Intergeracional (%), 1973, 82, 88

A4. Taxa de Desocupação (% não ocupada da PEA), 1973-90

A5. Estrutura Ocupacional (% do total), 1973, 82, 88
A6. Chefes de Família Ocupados por Estrato (milhares), 1973-88
A7. Chefes de Família Ocupados por Estrato (%), 1973-88
A8. Taxa Anual de Crescimento do Emprego (%), 1974-90
A9. Taxa Anual de Crescimento do Emprego Industrial (%), 1977-90
A10. Investimento, Produção e Emprego, 1973-88

Agradecimentos

Esta dissertação é a primeira parte de um trabalho que vem sendo desenvolvido junto ao Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial entitulado *Mobilidade Social e Inflação Crônica*. O trabalho me foi proposto pelo diretor executivo do Insituto e amigo, Norman Gall, cujo incentivo, paciência e inspiração me foram imprescindíveis na sua elaboração.

Valiosos comentários me foram feitos pelo professor José Pastore que se prontificou desde o início a me auxiliar com o que fosse preciso, a começar pela pesquisa bibliográfica e a finalizar pela leitura séria de uma versão bastante incipiente do trabalho final.

Sou grato ao Professor Gesner de Oliveira pelo apoio e confiança, aceitando o papel oficial de orientador em um tema distante de sua área de atuação e se colocando a total disposição, apesar da agenda extremamente ocupada com responsabilidades maiores.

Na Fundação Getúlio Vargas, sinto-me ainda endividado com o professor Yoshiaki Nakano que, entre diversas mudanças de tema e orientador, mostrou-se sempre tolerante e disposto a facilitar eventuais entraves burocráticos.

Paulo Arvate e Roland Veras Saldanha fizeram o possível para me estimular a terminar esta dissertação no tempo previsto. Claudio Sato foi de especial ajuda através de seus interurbanos. Euridson de Sá Jr, Camila de Faria Lima, Vitória Saddi, Dalton Luís Gardimam, Roberto Padovani e Virgínia Parente fecham o círculo de amigos da FGV de cuja convivência desfrutei e cuja influência se revela nas entrelinhas, dentro e fora desta dissertação.

Agradeço minha irmã Analy e meu cunhado Alexandre pela torcida e pela companhia, minha irmã Adriana pelos bons fluidos, e a equipe do Instituto Fernand Braudel pelos agradáveis sabores do cotidiano.

A meus pais, Yan y Alzira, e a meu irmão Fernando, que nunca estarão longe.

"...for knowledge, Phaedrus, has neither dignity nor rigor: it is all insight and understanding and tolerance, uncontrolled and formless; it sympathizes with the abyss, it is the abyss. And so we reject is resolutely, and henceforth our pursuit is of Beauty alone, of Beauty which is simplicity, which is grandeur and a new kind of rigor and a second naiveté, of Beauty which is Form. But form and naiveté, Phaedrus, lead to intoxication and lust; they may lead a noble mind into terrible criminal emotions, which his own fine rigor condemns as infamous; they lead, they too lead, to the abyss".

(*Death in Venice*, Thomas Mann)

1. Introdução

1.1. Mobilidade Social

Em 1966, Simon Kuznets caracterizava o "período econômico moderno" como sendo o "período científico". Desde a segunda metade do século XIX, a "aplicação da ciência aos problemas da produção econômica", a "tecnologia baseada na ciência", seria uma espécie de novo conhecimento, tão forte que seria a principal fonte de mudanças estruturais e adapatações institucionais na sociedade durante todo o período, isto é, até o dias de hoje.

Quatro grandes mudanças estruturais eram identificadas por ele como sendo derivadas dessa nova forma de conhecimento: a industrialização, a urbanização, a distribuição de bens e serviços por uso e a "inconstante e relativa posição econômica de grupos dentro de uma nação (através de *status* de emprego, nível de renda *per capita*, etc.)"[1].

As alterações na posição relativa de *status* entre unidades familiares ou individuais em uma sociedade, das quais o principal indicador é o tipo de emprego[2], é o que se entende por mobilidade social.

Para uma melhor compreensão do que seja mobilidade social, o ponto de partida é o conceito de "estratificação social". Haller (1970) define estratificação social como "desigualdades institucionalizadas de riqueza, poder e/ou prestígio entre unidades sociais"[3]. Esses três elementos são tratados por Haller como os elementos que constituem o conteúdo de qualquer sistema de estratificação. As unidades sociais às quais a definição se refere podem ser desde grandes unidades, como países, até pequenas, como famílias e pessoas. Neste último caso fala-se em sistemas de status.

Um sistema de status social, portanto, se refere à distribuição de riqueza poder e prestígio entre famílias ou pessoas em uma sociedade. Mobilidade social se refere a mudanças nessa distribuição, mudanças na distribuição de riqueza, poder ou prestígio entre famílias ou pessoas em uma sociedade, mudanças nas posições realtivas de status.

Talvez a coexistência de fatores simultaneamente independentes e relacionados como riqueza, poder e prestígio, na determinação do status social seja o que torna o estudo da mobilidade social uma tarefa tão complexa. Causas e conseqüências da

---

[1]Kuznets, S (1974), pg 9. Os grifos são dele.
[2]Mais precisamente, "ocupação".
[3]Haller, A. (1970), pg 471. Haller explica que a idéia tem origem em Max Weber.

mobilidade envolvem processos de naturezas diferentes como os econômicos ou políticos. O estudo de problemas dessa natureza exige escolhas metodológicas, a começar pela sua forma de medição.

Um procedimento comum à maior parte dos estudos sobre mobilidade social consiste na adoção da mobilidade ocupacional como uma boa *proxy*, isto é, uma variável de aproximação. A idéia é que a ocupação[4] de uma pessoa é um bom indicador de seu status. Nas palavras de Bendix e Lipset (1953):

> *A man's job -- occupying nearly one-third of his life -- is more than just a means of livelihood or an outlet for his creative energy; it is a vital influence on his existence even beyond working hours. His social position, his economic welfare, and even his daily habits are all determined by the kind of job he holds*[5].

A determinação de quais ocupações possuem maior ou menor status é usualmente feita combinando indicadores socio-econômicos como educação e renda. Em pesquisa feita para os Estados Unidos, Featherman e Hauser (1978) mostram que a hierarquização das ocupações resultante da aplicação de diferentes critérios como o sócio-econômico e o de enquetes de percepção popular geram resultados muito semelhantes. Eles também mostram que essa hierarquia tende a permanecer a mesma por longos períodos de tempo[6].

As ocupações são então agrupadas em estratos de maior ou menor status. Esses estratos são então usados para detectar fluxos de mobilidade ascendente e descendente.

Dois tipos diferentes de mobilidade são costumeiramente estudados. A mobilidade intergeracional se refere aos deslocamentos de status que um indivíduo faz quando comparado aos pais. A intrageracional, ou mobilidade de carreira, é aquela que ele faz a partir de sua primeira ocupação.

Estes tipos de mobilidade podem ser medidos a partir de matrizes de mobilidade. Matrizes de mobilidade são quadros que retratam a origem e o destino ocupacional de uma amostra da população segundo suas freqüências. O quadro 2a é um exemplo de matriz de mobilidade intergeracional.

---

[4]Ocupação pode ser definida como "o conjunto de postos de trabalho substancialmente iguais cuanto à natureza e qualificações requeridas" (Martine, G., 1983, pg 11)

[5]Bendix, R. and Lipset, S. M. (1953), pg 411.

[6]Ver Featherman, D. e Hauser, R. (1978), cap 2.

1a. Uma Matriz de Mobilidade Intergeracional

Status dos Pais	Status dos filhos		
	1	2	3
1	f11	f12	f13
2	f21	f22	f23
3	f31	f32	f33

Terão feito mobilidade todos aqueles que não estiverem na diagonal principal da matriz.

Uma outra distinção comum na literatura é aquela entre mobilidade circular e estrutural. A mobilidade circular é aquela que se refere à troca de posições entre indivíduos de estratos sociais diferentes. A estrutural mede mudanças de indivíduos entre estratos sociais sem um fluxo contrário que lhes faça contrapartida. A estrutural é, assim, atribuída, a mudanças no perfil da estrutura ocupacional, na distribuição das ocupações entre os estratos sociais.

1.2. O Problema

Nesta dissertação estudar-se-á o que ocorreu com a mobilidade social no Brasil nas últimas décadas. A mobilidade social brasileira foi medida por três vezes pelo IBGE através de relatórios anexados à Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio (PNAD), em 1973, 1982 e 1988. Ficou claro que entre as populações de 1973 e 1982 houve um forte aumento da mobilidade descendente e uma queda da mobilidade ascendente.

A mobilidade intrageracional, aquela que um indivíduo faz ao longo de sua carreira, sofreu uma queda abrupta na década de 70. A tabela 1b mostra que de 58.1% da população que fez esse tipo de mobilidade em 1973 (quase sempre ascendente) a taxa caiu para 30.6% em 1982. Era muito mais comum nas duas décadas anteriores ascender de ocupação a partir da primeira ocupação exercida do que na década de 70[7].

[7]Na seção 3.1. calcula-se que a média de tempo na PEA em 1973 está entre 10.4 e 20.9 anos, o que significa que a mobilidade de carreira dos indivíduos da amostra de 1973 foi feita entre as décadas de 50 e 60.

1b. Taxas de Mobilidade Intrageracional, 1973-88 (% da amostra)

	1973	1982	1988
Imobilidade	41.9	69.4	67.0
Mob. Ascendente	54.2	26.1	27.3
Mob. Descendente	3.9	4.5	5.7
Mob. Total	58.1	30.6	33.0

Fonte: Elaboradas a partir das matrizes de mobilidade expostas no Anexo de Tabelas.

A tabela 1c mostra que a mobilidade intergeracional, isto é, aquela que os indivíduos fazem com relação aos seus pais, teve um aumento significativo na década de 70 e uma leve queda na de 80. Este fenômeno reflete a combinação de dois outros, uma queda contínua da mobilidade ascendente, destacadamente na década de 70, e um salto da descendente nessa mesma década com alguma estabilização posterior.

1c. Taxas de Mobilidade Intergeracional, 1973-88 (% da amostra)

	1973	1982	1988
Imobilidade	41.6	32.4	35.2
Mob. Ascendente	47.1	39.9	37.4
Mob. Descendente	11.3	27.6	27.3
Mob. Total	58.4	67.5	64.7

Fonte: Elaboradas a partir das matrizes de mobilidade expostas no Anexo de Tabelas.

A tabela 1d divide a mobilidade total em seus componentes circular e estrutural. O crescente aumento da mobilidade circular está de acordo com o maior aumento da mobilidade descendente em relação à queda na ascendente. A causalidade é que é complicada. Mudanças estruturais na origem ou destino dos ocupados podem afetar os fluxos ascendente e descendente de forma a se refletir na mobilidade circular. Supondo que cada estrato social tenha uma propensão mais ou menos invariante à mobilidade, e que estas propensões sejam diferentes entre os estratos, mudanças nos tamanhos relativos dos estratos levam a mudanças nas taxas de mobilidade circular. Esta idéia será desenvolvida mais adiante.

A mobilidade estrutural, por sua vez, manteve o ritmo na década de 70 caindo apenas na década de 80.

1d. Tipos de Mobilidade Intergeracional, 1973-88 (% da amostra)

	1973	1982	1988
Mob. Estrutural	37.1	38.7	32.8
Mob. Circular	21.3	28.8	31.9
Mob. Total	58.4	67.5	64.7

Fonte: Elaboradas a partir das matrizes de mobilidade expostas no Anexo de Tabelas.

O objetivo deste trabalho é o de explicar a causalidade por trás das mudanças na mobilidade intergeracional brasileira nas últimas duas décadas quando comparadas às décadas anteriores. Ver-se-á que, apesar da literatura em mobilidade social ter uma idéia bastante consolidada sobre os tipos de fatores que determinam a mobilidade social, há uma relativa escassez de estudos detalhados sobre o comportamento desses fatores em locais e períodos determinados e orientados a formar uma visão contínua de um processo de transformação sócio-econômica.

A mobilidade intergeracional foi preferida à intrageracional por parecer mais propícia à ilustração desse tipo de transformação, uma vez que compara diretamente gerações diferentes no mercado de trabalho.

Argumentar-se-á que as mudanças ocorridas no Brasil são parte de um mesmo e contínuo processo de transformação social, durante todo o período estudado, ligado essencialmente à urbanização. A migração de trabalhadores rurais agrícolas para as cidades, que inicialmente constituía uma fonte de mobilidade ascendente na medida em que esses trabalhadores encontravam emprego nos setores industriais e de serviços, esvaziou, com o tempo, o próprio estrato agrícola, ao ponto do fluxo migratório perder a importância relativa que teve no passado para a redistribuição de status na sociedade.

1.3. Metodologia

Em meados da década de 80, a revista *American Journal of Sociology* resolveu editar um volume sobre "Sociologia e Economia". A idéia era aproveitar um crescente número de trabalhos em áreas aparentemente convergentes nos dois campos de

estudo. Pedidos de artigos foram feitos através de anúncio na própria revista e na revista econômica *Journal of Political Economy*. O anúncio sugeria seis áreas de contato. Uma delas era "mobilidade e escolha ocupacional"[8].

Mobilidade social tem sido essencialmente uma área de estudo da sociologia porquanto sua definição a remete ao conceito sociológico de status. Quando economistas falam de mobilidade social, usualmente querem dizer mobilidade de renda. Mas mesmo o conceito de mobilidade social adotado pelos sociólogos, e também neste trabalho, possui conexões estreitas com a economia. Ver-se-á no próximo capítulo que, como para Kuznets, a literatura sobre mobilidade freqüentemente liga as causas da mobilidade social às mudanças na estrutura produtiva que acompanham o desenvolvimento econômico.

Associada à interdisciplinaridade, porém, há um aparente problema metodológico. Sociólogos e economistas têm tradicionalmente enfatizado métodos diferentes de aproximação do objeto de estudo.

Gary Becker define o método econômico da seguinte forma:

> *The combined assumptions of maximizing behavior, market equilibrium, and stable preferences, used relentlessly and unflichingly, form the hart of the economic approach as I see it*[9].

Becker dedicou-se, em grande parte, à aplicação destas hipóteses, inicialmente associadas à microeconomia, a fenômenos sociais, "extendendo-as ao âmbito das motivações não pecuniárias"[10]. Salvo talvez alguns trabalhos do próprio Becker[11], pouco tem sido feito na aplicação desse método ao problema da mobilidade social.

Esta dissertação parte da literatura dominada pelos sociólogos. No entanto, também não é verdade que a metodologia adotada é a que mais vem sendo utilizada nesses trabalhos. Estes primam, em geral, pelos elaborados testes estatísticos.

O que se faz aqui é propor, na seção 3.2, um esquema analítico simples: alguns conceitos e hipóteses que nortearão a análise detalhada de dados estatísticos e a partir do qual buscar-se-á tirar conclusões.

Na introdução ao suplemento editado pela *American Economic Journal* em torno do diálogo entre economia e sociologia, Rosen e Winship (1988) afirmam:

---

[8]O volume acabou publicado em 1988. Esta história foi retirada da Introdução escrita por Rosen e Winship (1988).

[9]Em Becker, G., Economic Theory, 1971, como citado por MacRae Jr, D. (?), pg 1245.

[10]MacRae Jr. (19?), pg 1244.

[11]Ver, por exemplo, Becker, G. and Tomes, N., "An Equilibrium Theory of The Distribution of Income and Intergenerational Mobility", *Journal of Political Economy*, v 87, n 6, 1979.

We wanted to avoid the tiresome and predictable methodological debates in which sociologists would stress the narrowness of economic models and question the validity of rationality assumptions, while economists would criticize sociological research for "measurement without theory"[12].

Foi um pouco isso o que se buscou fazer, e parece consistente com a natureza interdisciplinar da mobilidade social. Não que se tenha buscado algum tipo de "meio termo metodológico", mas encarar a área de estudo como uma área própria, não intrinsecamente associada a uma ou outra disciplina mas podendo usufruir de ambas.

Sobre as perspectivas de colaboração entre economia e sociologia, Joseph Schumpeter escreveu em 1954:

As an eminent economist once observed, cross-fertilization might easily result in cross-sterilization[13].

As preocupações de Schumpeter recaíam sobre as perdas de eficiência ligadas ao abandono da especialização. Acredita-se que este não precisa ser o caso dos estudos sobre mobilidade social. Há áreas do conhecimento que não se enquadram exatamente nas atuais divisões disciplinares. São áreas cujo estudo aprofundado exige a aplicação de conhecimentos trabalhados por diversas disciplinas. É assim que o próprio Schumpeter define o campo que ele denomina de "sociologia econômica", "no qual nem economistas ou sociólogos podem chegar muito longe sem pisar nos dedos dos pés um do outro"[14].

É nesse sentido que se vê a mobilidade social como um campo interdisciplinar de estudo e foi com essa visão que se procurou desenvolver o trabalho.

* * *

Este primeiro capítulo buscou colocar o problema a ser investigado, sua importância e a maneira como buscar-se-á enfrentá-lo. No próximo, apresentar-se-á a literatura em torno do tema e suas principais contribuições para a montagem da análise a ser feita. Suas indicações são então seguidas no capítulo três onde oferece-se um esquema teórico e utiliza-se esse esquema para analisar as informações estatísticas disponíveis. No quarto capítulo, são destacadas mais algumas referências que parecem elucidar o processo observado no capítulo anterior. Finalmente, no último são sintetizadas

---

[12]Rosen, S. e Winship, C. (1988), pg s1
[13]Schumpeter, J. (1954), pg 27.
[14]Schumpeter, J. (1954), pg 26.

as conclusões. Um anexo é acrescentado para mostrar alguns quadros e tabelas que pareciam muito grandes para serem inseridos no meio do texto ou então que contém os dados utilizados para a construção dos gráficos apresentados ao longo dos capítulos.

2. A Literatura

Neste capítulo, busca-se na literatura especializada subsídios para montar um método de análise que permita distinguir as causas das mudanças nas taxas de mobilidade brasileiras.

2.1. Os Determinantes da Mobilidade Ocupacional

A literatura a respeito da mobilidade ocupacional costuma explicá-la através de dois tipos de fatores: os estruturais e os individuais. Nas palavras de Pastore (1979), por exemplo:

> *Iniciar um processo de mobilidade em uma dada sociedade depende de mudanças estruturais e individuais. Do lado estrutural, as forças de maior impacto sobre a mobilidade social são as transformações dos vários setores da economia, o volume de emprego, e o surgimento de novas ocupações. Do lado individual, destacam-se a educação, a experiência, a informação e o relacionamento. A mobilidade é produto dos dois tipos de fatores*[1].

Em sua concepção mais ampla, fatores estruturais parecem ser aqueles que não consistem em fatores diferenciadores de indivíduos ou famílias, aqueles com os quais todos os candidatos a mobilidade se enfrentam em um mesmo tempo e espaço. Haller (1970), referindo-se às variáveis "aspirações de status" e "expectativas de status" afirma que estas "não são variáveis sociais estruturais; elas não descrevem sistemas sociais. Elas descrevem diferenças entre pessoas pertencentes a um sistema social"[2].

Na prática, os estudos identificam os fatores estruturais com as diferenças na distribuição da população entre os diferentes estratos ocupacionais. Na verdade, é muito difícil pensar-se em fatores que não diferenciem entre os indivíduos candidatos à mobilidade e que não estejam refletidos na distribuição da população entre as ocupações[3].

---

[1]Pastore, J. (1979), pgs 10 e11.
[2]Haller, A. (1970), pg 474.
[3]Grusky, D. (1983) protesta contra esta redução do conceito de fatores estruturais e propõe, por exemplo, variações organizacionais sociais nos retornos, em termos de status, de capital humano ou características atribuídas com exemplos de outros fatores estruturais.

Em 1975, Hauser, Dickinson, Travis e Koffel (1975a) reclamavam que no "tradicional interesse dos analistas da mobilidade social em separar dos parâmetros da estrutura ocupacional o processo de mobilidade social[4]" o primeiro tipo de fator tendia a ser relegado a segundo plano. Em citação de Raymond Boudon:

> *...a good mobility index should make a distinction between the amount of mobility generated by the changes in the social structure and the amount of mobility generated by other factors. Indeed, the former should be eliminated*[5].

No mesmo trabalho, eles procuram identificar, em diferentes amostras feitas para os Estados Unidos no pós-guerra, mudanças na associação entre as ocupações paternas e as dos filhos. Esta associação é tida como um indicador do "processo de mobilidade social" (os fatores não estruturais). A conclusão a que chegam é que "há mínimas evidências de mudanças no processo de mobilidade ocupacional além daquelas induzidas por alterações na estrutura ocupacional e na sucessão de gerações[6]", e sugerem redirecionar os estudos de mobilidade para a busca de explicações para as mudanças estruturais:

> *It is no longer possible to assume that the underlying process of mobility is problematic in comparative analysis, while variations in the occupation distribution are a nuisance factor or disturbance. Rather, attention should be directed both to the causes of shifts in the occupation distribution and to their consequences in rates and patterns of mobility*[7].

A importância dos fatores estruturais na determinação das taxas de mobilidade parece ter sido sempre largamente aceita pela literatura. No entanto, ela parece dar preferência ao estudo dos fatores individuais.

Uma vasta literatura se desenvolveu recentemente na busca de descobrir invariâncias na mobilidade social, quando comparados países distintos, *uma vez eliminadas diferenças em algum tipo de fator estrutural.* A idéia era testar se países diferentes tendem a ter a mesma mobilidade quando, por exemplo, comparados apenas países industrializados, ou então quando eliminadas as mudanças no tempo das

---

[4]Hauser, R.; Dickinson, P; Travis H.; Koffel, J. (1975a), pg 280. Os autores chamam de "processo de mobilidade social" todos aqueles fatores que não são redutíveis à estrutura ocupacional e que foram chamados aqui de "individuais".
[5]Boudon, Raymond, *Mathematical Structures of Social Mobility*. San Francisco, 1973. Citado em Hauser, R,; Dickinson, P.; Travis, H.; Koffel, J. (1975a), pg 280.
[6]Hauser, R.; Dickinson, P; Travis H.; Koffel, J. (1975a), pg 280.
[7]Hauser, R.; Dickinson, P; Travis H.; Koffel, J. (1975a), pg 280.

distribuições da população entre os estratos, ou ainda quando eliminadas todas as diferenças de origem e destino (em termos de estratos) entre as amostras dos diferentes países.

Os resultados que esses estudos têm obtido não permitem detectar claramente as invariâncias, mas as diferenças de mobilidade parecem diminuir conforme a hipótese faça abstração de maior número de fatores estruturais. Em outras palavras os estudos têm reforçado a importância dos fatores estruturais na explicação das diferenças internacionais de mobilidade.

Para se ter uma idéia mais clara, o ponto de partida desses estudos é o trabalho de Seymour Lipset e Hans Zetterberg. Em 1959, eles sugeriram que as taxas de mobilidade seriam semelhantes em sociedades ocidentais industrializadas. Esta teoria recebeu muitas críticas e parece não ter sobrevivido a testes estatísticos. Em 1975, uma versão renovada da teoria foi proposta por David Featherman, F. Lancaster Jones, e Robert Hauser. Esta versão, que ficou conhecida como a hipótese FJH em contraposição à hipótese LZ, sustentava que se as taxas de mobilidade total diferem mesmo entre países industrializados, as taxas de mobilidade circular são semelhantes.

Observe-se que esta nova hipótese busca eliminar os efeitos das mudanças na mobilidade estrutural sobre as taxas totais de mobilidade. No entanto, ela não elimina todo o efeito da estrutura ocupacional sobre as taxas. Mesmo eliminadas variações nas estruturas ocupacionais no tempo, aquilo que é medido pelas taxas de mobilidade estrutural, ainda assim os países podem apresentar diferentes perfis ocupacionais em um dado instante utilizado para a comparação. Se o perfil da estrutura ocupacional, em termos estáticos, tiver alguma importância para efeito de mobilidade, suas conseqüências não foram eliminadas com a exclusão da chamada mobilidade estrutural. ao menos não como medida pelas taxas. Seus efeitos ainda estão presentes nas taxas de mobilidade circular.

Esta observação é importante porque este será um dos motivos para se utilizar um novo conceito, o de chegadas líquidas por estrato, na análise feita no próximo capítulo das causas estruturais das mudanças nas taxas de mobilidade brasileiras.

Para eliminar todos os efeitos da estrutura ocupacional sobre as taxas de mobilidade seria preciso excluir todas as diferenças entre origem e destino dos indivíduos das amostras dos diferentes países. É isso o que alguns estudos procuram fazer (apesar de ainda se autodenominarem testes da hipótese FJH).

Os testes relativos à hipótese FJH, como entendida na sua formulação original, tendem a rejeitá-la. Slomczynski e Krauze (1987), por exemplo, não encontram maior sustentação para a invariância na mobilidade circular do que para aquela da mobilidade total. Grusky e Hauser (1984), no entanto, testam a hipótese de cada estrato social possuir uma mesma propensão à mobilidade em diferentes países e encontram

resultados positivos. Apesar deles afirmarem estar testando a hipótese FJH, eles se aproximam mais da noção de fluidez social invariante, uma vez que eliminam todas as diferenças entre as "distribuições de origem e destino". A hipótese central por eles testada é a de que a probabilidade relativa de mobilidade (a probabilidade de mobilidade de um estrato em relação ao outro) ascendente ou descendente é inerente a cada estrato social. Eles justificam esta hipótese com base na idéia de que o que determina a mobilidade relativa é o acesso a recursos e o prestígio próprios de cada ocupação, e que estes são mais ou menos inerente a cada estrato e constante no tempo e espaço. Os resultados por eles obtidos são positivos não só para os países desenvolvidos como também para o subdesenvolvidos incluídos na amostra[8].

Os argumentos apresentados em favor do estudo dos fatores estruturais, não querem dizer que os fatores individuais não tenham alguma importância. Sin-Kwok Wong (1990), por exemplo, protesta contra o fato dos modelos utilizados buscarem desde o início a invariância e, utilizando um modelo de variância, encontra diferenças significativas entre os padrões de mobilidade[9] de diferentes países.

No entanto, além da literatura geral, os estudos para o Brasil sugerem que estes sejam os fatores a serem explicados para se entender o que ocorreu com as taxas de mobilidade brasileiras. É isso o que se verá a seguir.

2.2. Os Determinantes Estruturais da Mobilidade Brasiliera

Alguns estudos recentes têm focalizado os aspectos individuais da mobilidade social brasileira. Pastore e Zylberstajn (1991) analisam o papel da educação no processo de obtenção de status no Brasil. Comparando essa variável com o status herdado dos pais e com a experiência profissional, ela se mostrou de longe a mais relevante. A razão parece estar no baixo nível médio de educação formal da população, proporcionando, aos poucos que possuem uma melhor preparação, oportunidades de deslocamentos de status muito maiores do que os existentes para os que não a têm.

Bills e Haller (1984) buscaram testar a tese da industrialização. Esta postula uma "tendência de bases particularistas de obtenção de status para bases mais

---

[8]Pastore (1979) colocava que cada estrato possui uma probabilidade de subir ou descer diferente por definição: os que se encontram mais embaixo da pirâmide social teriam mais espaço para subir do que os que se encontram em cima.

[9]Por padrões de mobilidade entenda-se conjuntos de critérios para ascenção social e suas ponderações. Padrões diferentes significam que deve haver fatores não redutíveis aos estratos sociais.

universalistas conforme a sociedade se desenvolve"[10], ou de critérios atribuídos de obtenção de status (como raça ou religião) para critérios adquiridos (como educação)[11]. O Brasil é um país particularmente atraente para esse tipo de estudo dado os extremos de pobreza e riqueza que diferenciam regiões do país. Utilizando uma regionalização socio-econômica elaborada por Haller (1982), os autores não encontram evidências que confiirmem a tese da industrialização:

> *Although men in the Northeast do not on the average attain the same levels of educational or occupational achievment as do men in the South, the processes by which they attain their statuses are remarkably similar*[12].

Ainda tratando do estudo dos fatores individuais da mobilidade social, Bills, Haller, Kelley, Olson e Pastore (1985) mostraram a importância da origem de classe (em termos marxistas) sobre o processo de obtenção de status, seja por vias diretas, seja pela facilidade de acesso à educação.

A refutação da tese da industrialização para o Brasil, mesmo que tenha sido feita na base de comparações interregionais e não intertemporais, sugere que as mudanças nas taxas de mobilidade social nas últimas décadas devem ter suas causas mais fortes em fatores estruturais.

Uma análise exaustiva da mobilidade social brasileira, incluindo tanto a mobilidade intergeracional quanto a intrageracional e abordando tanto fatores individuais quanto estruturais, foi feita por José Pastore em seu livro *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil* (1979). As principais conclusões sobre a mobilidade intergeracional ocorrida no país até 1973 diziam que 80% da mobilidade era de caráter ascendente, cerca de 75% de caráter estrutural e que, apesar de alguns casos de ascenção de longas distâncias na hierarquia social, a maior parte ocorria na base da pirâmide: "Tudo sugere que muitos sobem pouco e poucos sobem muito no Brasil"[13].

Esse padrão de mobilidade sugeria a expansão da classe média. No entanto, como as distâncias entre os estratos superiores são muito maiores do que aquelas entre os estratos inferiores, o resultado foi o aumento das desigualdades sociais. Na verdade, esse padrão de mobilidade viria mais tarde a ser qualificado como uma forma de manutenção dessas desiguladades (Castro e Pastore, 1983).

Um dos principais fatores por trás da mobilidade brasileira, que, como dito, era largamente de caráter estrutural, era identificado como a mobilidade rural-urbana.

---

[10]Bills, D. e Haller, A. (1984), pg 59.
[11]Ver Grusky, D. (1983) para uma discussão.
[12]Bils, D. e Haller, A. (1984), pg 66.
[13]Pastore, J. (1979), pg 145.

O quadro geral da mobilidade no Brasil revela uma sociedade bastante dinâmica ao longo do século XX. Nesse período, o país passou por inúmeras transformações que tiveram marcantes repercussões na estrutura social. Dentre elas, a passagem de uma sociedade rural para a urbana constituiu um dos fenômenos de maior impacto para a transformação da estrutura social brasileira e para o surgimento de uma classe média bastante razoável[14].

Em 1982, uma nova pesquisa sobre mobilidade social no Brasil foi feita pelo IBGE com os resultados que foram apresentados no capítulo anterior: a queda da mobilidade ascendente com aumento da descendente, e um aumento na proporção relativa da mobilidade circular em relação à estrutural. A razão apontada foi uma combinação de dois fatores:

Upward movements between generations decreased during the 1970-80 period. This was due to a combination of two phenomena. First, the fathers' starting point was much higher in 1982 than in 1973 data. Second, labor opportunities diminished, particularly in the very close of the decade[15].

Mas, logo a seguir:

It seems, however, that the impact of the low starting point of the fathers is much greater than the decrease of job opportunities[16].

A idéia era que o maior status dos pais na amostra de 1982, quando comparada com a de 1973, reduziria as chances de mobilidade ascendente.

Quando saem os dados da amostra de 1988, Pastore (1993) afirma:

Vem crescendo a mobilidade circular em quase todas as regiões do Brasil. Isso já tinha sido observado com os dados de 1973. A novidade, com os dados de 1982, é que passou a crescer a mobilidade descendente dos filhos, tendo sido isso decorrência, basicamente, da ascenção social dos pais. Isso se acentuou ainda mais nos dados de 1988[17].

---

[14]Pastore, J. (1979), pg 187.
[15]Pastore, J e Zylberstajn, H. (1991), pg 44.
[16]Pastore, J e Zylberstajn, H. (1991), pg 44.
[17]Pastore, J (1993), pg 25.

No próximo capítulo, seguir-se-á as recomendações da literatura sobre mobilidade, isto é, buscar-se-á nas alterações do perfil ocupacional da sociedade brasileira as razões para as mudanças nas taxas. Perguntar-se-á sobre a natureza dessas causas, se econômicas ou demográficas e considerar-se-á a possibilidade de alterações na estrutura ocupacional mesmo quando as variáveis econômicas e demográficas não sofrem alterações, ou seja, efeitos acumulados da permanência continuada ao longo do tempo de determinados fenômenos econômicos e demográficos.

Antes de prosseguir, porém, é preciso definir como a distinção entre os diferentes tipos de causa será feita. Viu-se, por exemplo, que as taxas de mobilidade estrutural não captam todos os efeitos da estrutura ocupacional sobre as taxas e, mesmo que estes efeitos possam ser isolados, será preciso distinguir entre os diversos determinantes da estrutura ocupacional.

Este é um tradicional problema em mobilidade social. Nas palavras de Featherman e Hauser (1978):

> *...Thus, arises a basic problem in mobility analysis: How does one distinguish the rules of access from the interplay of supply and demand in the labor market or from long-term processes of societal development and transformation?*[18]

Para cumprir com a tarefa, o próximo capítulo define o conceito de "chegadas líquidas por estrato", que é simultaneamente calculável a partir das matrizes de mobilidade intergeracional e mais diretamente redutível a fatores demográficos, econômicos e temporais.

[18]Featherman, D e Hauser, R. (1978), pg 21.

3. Uma Análise das Causas da Guinada Brasileira

No capítulo anterior mostrou-se a importância dada pela literatura aos determinantes estruturais da mobilidade social na explicação de suas diferenças no tempo ou entre países. Enfatizou-se também a necessidade apontada de se explicar as alterações na estrutura ocupacional para entender mudanças nas taxas de mobilidade. É isto o que este capítulo busca fazer para o caso brasileiro.

Tendo em vista que as taxas de mobilidade estrutural, por um lado, não detectam todos os efeitos da estrutura ocupacional sobre as taxas de mobilidade e, por outro, não permitem a distinção entre fatores econômicos e demográficos na sua determinação, utiliza-se um conceito denominado "chegadas líquidas por estrato".

Alguns exercícios são feitos para localizar alterações nos determinantes econômicos e demográficos da mobilidade e para mostrar o efeito sobre a estrutura ocupacional da manutenção das mesmas condições dessas variáveis ao longo de todo o período de tempo estudado.

3.1. A Amostra e Uma Advertência

As Pesquisas Nacionais por Amostra a Domicílio (PNADs) do IBGE tiveram início em 1967 sem cobrir todas as regiões do país. Nelas estão coletados dados sobre mão-de-obra, incluindo ocupação. Somente em 1973 a pesquisa passou a incluir todo o país e desde então vem sendo feita anualmente. É em questionário anexo às pesquisas dos anos de 1973, 82 e 88 que se coletou as amostras de mobilidade[1].

Para efeito de mobilidade intergeracional, comparou-se a ocupação do indivíduo entrevistado com a de seu pai no momento em que o entrevistado entrara na força de trabalho. Só indivíduos ocupados foram incluídos. Considerando que a unidade relevante para efeito de status é a família e não o indivíduo, selecionou-se apenas os chefes de família para a amostra[2]

---

[1]Em 1971, uma modificação importante para os números aqui utilizados foi tomar como faixa etária inicial para inclusão na PEA os 10 anos de idade e não os 14 anos como anteriormente.

[2]Esta medida restringe boa parte da amostra à população masculina, uma vez que estes são, de longe, a maioria dos chefes de família. Castro e Pastore (1983) reportam que 91% dos chefes de família da amostra de 1973 eram homens.

A seguir, os indivíduos foram divididos em seis estratos seguindo hierarquização elaborado por Valle Silva (1974)[3]. As principais ocupações em cada estrato, em termos de peso na amostra de 1973, estão resumidas no quadro A1 do anexo de tabelas. Os resultados destas amostras, para a mobilidade intergeracional, encontram-se resumidos nas matrizes de mobilidade apresentadas nas tabelas A2 e A3 do mesmo anexo.

As matrizes mostram a porcentagem da população, com origem paterna em cada estrato, que exercia, na data da amostragem, ocupações pertencentes a esses estratos.

Na próxima seção expor-se-á o esquema teórico utilizado para analisar as causas da mobilidade brasileira. Antes disso, porém, uma advertência deve ser feita sobre o uso destas matrizes de mobilidade intergeracional.

Não se pode inferir diretamente sobre a estrutura ocupacional dos pais a partir daquela revelada pelos filhos nas amostras pesquisadas. Isto se deve, por um lado, ao fato de que muitos ocupados no tempo dos pais não estariam sendo levados em consideração por não terem filhos na amostra, seja porque não tiveram filhos ou porque os filhos não trabalham.

Por outro lado, como a mobilidade intergeracional é medida entre a ocupação do indivíduo pesquisado na data da pesquisa e a do pai quando da entrada do pesquisado no mercado de trabalho, não há um período fixo ao qual se possa atribuir a mobilidade entre pais e filhos. Alguns ocupados da amostra acabaram de entrar no mercado de trabalho e a ocupação paterna que eles revelam é extremamente recente. Outros estão há muito tempo no mercado e quando revelam a ocupação paterna se remetem a décadas anteriores.

Com relação a este segundo ponto, estimou-se um período de referência para poder estudar as mudanças econômicas e demográficas nele ocorridas. Como a variância desta estimativa deve ser considerável recomenda-se que ela seja considerada com cautela. Explícitamente, calculou-se em 16 anos o período médio que separa os ocupados medidos nas amostras do exercício paterno das ocupações reveladas. O método de cálculo foi o seguinte:

A tabela 3a resume intervalos calculados para a idade média das amostras em 1973 e 1982, a idade média de entrada no mercado de trabalho e a média de anos pertencentes à PEA. A idade média das amostras foi calculada multiplicando a idade mínima (ou máxima) de cada grupo de idade do IBGE pelo número de pessoas pertencentes a esse grupo na PEA, somando-se os produtos dos diferentes grupos de idade e dividindo pela PEA

---

[3]Valle Silva, N, *Posição Social das Ocupações*, IBGE, 1974.

3a. Médias Mínimas e Máximas para Características da PEA (em anos)

	1973			1982		
	Idade	Idade de Entrada	Anos na PEA	Idade	Idade de Entrada	Anos na PEA
Mínimo	28.5	14.1	10.4	29	14.5	10.5
Máximo	35	18.1	20.9	35	18.5	20.5

Fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil*, IBGE, 1990.

Na segunda coluna, a idade média de entrada no mercado de trabalho foi obtida supondo que somente houve entrada no mercado de trabalho naquelas faixas de idade para as quais a taxa de atividade é menor do que a taxa para a faixa seguinte (aquelas entre 10 e 24 anos). Considerou-se, então, a diferença entre as taxas específicas de atividade de cada faixa como sendo proporcional à porcentagem da PEA que entrou nessa faixa de idade. Somou-se o produto de cada porcentagem encontrada pela idade mínima de cada faixa para encontrar a média mínima e pela idade máxima de cada faixa para encontrar a média máxima

A terceira coluna para cada ano mostra um intervalo no qual deve se encontrar há quantos anos em média os indivíduos pesquisados têm feito parte da PEA. Esta sai das duas colunas anteriores. Com isso pode-se dizer que a ocupação dos pais da geração medida em 1973 é aquela que estes ocupavam, em média, em algum ano entre 1952 e 1963 (1973-21 e 1973-10, respectivamente) enquanto para os pais da geração de 1982 o intervalo relavante é entre 1961 e 1971. Os anos médios são 1957 (ou 58) e 1966 e estes estão há 16 anos das amostras de 1973 e 1982. Pode-se dizer que a diferença entre a estrutura ocupacional dos pais dos pesquisados em 1973 e aquela dos pesquisados em 1982 é, a grosso modo, a diferença da estrutura da década de 50 com relação à de 60.

Ainda que com estas qualificações, a mobilidade intergeracional é um indicador de deslocamentos de status ocupacional entre pais e filhos. Mais ainda, diferenças entre taxas de mobilidade de anos diferentes revelam alterações que devem ter ocorrido independente de qualquer viés na estrutura induzida para os pais ou no período tido como relevante, uma vez que os problemas que possam haver em se interpretar as taxas de mobilidade intergeracional de 1973 também existem para as de 1982. Assim, diferenças entre as taxas destas duas amostras, revelam diferenças obtidas utilizando-se uma mesma metodologia para dois anos diferentes.

A próxima seção propõe um esquema analítico para estudar essas alterações.

3.2. Um Esquema Analítico

A citação de Featherman e Hauser (1978) reproduzida na seção 2.2 (pg 15) expressa a dificuldade de se conseguir isolar os diferentes fatores que determinam as taxas de mobilidade social, entre eles, a interação entre oferta e demanda no mercado de trabalho e os processos de longo prazo de transformação social e desenvolvimento. Nesta seção, define-se um conceito que parece ajudar a fazer algumas dessas distinções.

Seja um receptor líquido de fluxos de mobilidade intergeracional um estrato no qual entraram mais ocupados originados em outros estratos do que sairam ocupados originados ali mesmo, o termo "origem" referindo-se ao status paterno, e a contabilidade de entrada e saída sendo aquela revelada nas matrizes de mobilidade em números absolutos.

O que se propõe para analisar a mobilidade intergeracional brasileira é que se considere um estrato que seja um receptor líquido como sendo um em que o ritmo de crescimento das oportunidades ocupacionais é maior do que o ritmo de crescimento da população economicamente ativa originada no estrato. Alternativamente, um fornecedor líquido de fluxos de mobilidade intergeracional seria interpretado como sendo um estrato no qual as oportunidades ocupacionais crescem a um ritmo menor que o crescimento da PEA originada no estrato.

A idéia é interpretar estratos que recebem mais mobilidade do que propiciam como tendo superávit na geração de empregos. A hipótese básica por trás dessa interpretação é que a taxa de desemprego dos originados naquele estrato não esteja aumentando no período que separa o ano de referência para os pais e aquele da amostra. Isto independente de qual seja esta taxa, seja ela alta ou baixa. Inversamente, a interpretação de estratos que propriciam mais mobilidade do que recebem. como sendo aqueles em que há déficit na geração de empregos, supõe que a taxa de desemprego dos originados no estrato não esteja caindo no mesmo período. As implicações dessa hipótese serão analisadas mais adiante.

Outra hipótese por trás da interpretação proposta é que não haja mobilidade internacional. Ambas serão mantidas ao longo de todo este capítulo e devem ser subentendidas nas análises feitas.

Se um estrato é um receptor líquido de mobilidade, isso não significa necessariamente que esse estrato esteja ganhando espaço na estrutura ocupacional; pois

seria preciso avaliar as taxas relativas, entre os estratos, de crescimento natural da população ocupada. Chamou-se de "crescimento natural" o crescimento da população economicamente ativa que seria de se esperar de um estrato caso não houvesse mobilidade ocupacional, ou seja, aquela derivada de taxas de natalidade, mortalidade, e de atividade (proporção da população pertencente à PEA)[4].

As matrizes de mobilidade intergeracional permitem identificar os receptores e fornecedores líquidos. Na interpretação sugerida, elas permitiriam identificar onde há superávit e déficit na geração de empregos, respectivamente. Comparando-se as matrizes para os três anos disponíveis, é possível analisar as mudanças ao longo do tempo desses déficits e superávits.

Uma vez identificadas as chegadas e saídas líquidas em cada estrato nos três anos das amostras, a questão a seguir consiste em descobrir o que está por trás desses superávits ou déficits e de suas alterações no tempo. O conceito foi elaborado por se mostrar adequado à distinção analítica entre causas econômicas e demográficas. A existência de superávit ou déficit em um estrato, para um dado período de tempo[5], depende das taxas de crescimento natural (a variável demográfica), das taxas de geração de oportunidades (a econômica), e das dimensões iniciais da população originada naquele estrato e da oferta de empregos no mesmo. Esta última variável dimensional é extremamente importante e tende a ser esquecida. Ela deriva do fato de se tomar as variáveis demográficas e econômicas como taxas referidas a bases diferentes. Uma à população economicamente ativa, e a outra ao volume de emprego.

Na explicação das *mudanças* das taxas de chegada líquida em um estrato *entre dois períodos do tempo*, a causalidade pode estar em *alterações* nas taxas de crescimento natural, nas de geração de oportunidades, ou em algum efeito acumulado no tempo de mobilidades passadas que altere as dimensões da população e da oferta de empregos no ponto de partida dos indivíduos da amostra[6].

Avaliar qual a verdadeira situação permite descobrir se alterações nesses déficits e superávits entre as amostras se devem a mudanças na geração de oportunidades em algum período, a mudanças nas questões ligadas ao crescimento natural, ou a efeitos acumulados, e se as mudanças tem origem em causas essencialmente econômicas ou demográficas.

Resta explicar como a análise dos superávits e déficits na geração de empregos de cada estrato se relaciona com as taxas de mobilidade.

---

[4]Assim, o conceito de crescimento natural aqui utilizado difere do usual pela inclusão da taxa de atividade, uma vez que o foco não é a população em geral e sim a população economicamente ativa.

[5]O período de tempo em questão é aquele que separa os indivíduos pesquisados de sua entrada no mercado de trabalho, quando foi avaliada a ocupação paterna.

[6]Os itálicos usados nesse parágrafo são para realçar que se está referindo então a *mudanças intertemporais* nas chegadas e saídas líquidas e não a essas taxas em sí.

Se Nij é o número de indivíduos da amostra representados na linha i (estrato paterno) e na coluna j (estrato do filho) da matriz de mobilidade intergeracional e N é o número total de indivíduos da amostra, então a taxa de mobilidade total pode ser definida como:

Taxa de mobilidade total = $(N - \Sigma Nii) / N$, onde $i = 1, 2,...6$

Lembrando que quanto maior o índice do estrato menor seu status[7], as taxas de mobilidade ascendente e descendente podem ser escritas como:

Taxa de mobilidade ascendente = $\Sigma Nij / N$, tal que $i > j$

Taxa de mobilidade descendente = $\Sigma Nij / N$, tal que $i < j$

Vê-se que somando a mobilidade ascendente com a descendente têm-se a mobilidade total, uma vez que assim inclui-se todas as células da matriz onde $i \neq j$, as dos indivíduos móveis.

A relação da chegada líquida em cada estrato com estas taxas de mobilidade não é tão simples. A chegada líquida no estrato j pode ser definida como:

Chegada líquida no estrato j = $(\Sigma Nij - \Sigma Nji) / N$, onde $i = 1, 2,...6$

A chegada líquida no estrato alto ($j = 1$) sempre contribui para a mobilidade ascendente, uma vez que o componente positivo da chegada líquida (ΣNij) apresenta sempre $i > j$ e o negativo (ΣNji) sempre $j < i$. Em outras palavras, quanto maior a chegada líquida no estrato alto, maior será a mobilidade ascendente em relação a descendente. Observe-se que não se está falando das taxas propriamente ditas, mas de uma taxa em relação à outra. Para saber se uma maior chegada líquida afeta positivamente a taxa de mobilidade ascendente, seria preciso saber se é o componente positivo que está aumentando (ΣNij), o negativo que está diminuindo (ΣNji) ou os dois. Isto porque as mudanças poderiam estar se dando às custas da imobilidade.

O inverso pode ser dito para as chegadas líquidas do estrato baixo-inferior ($j = 6$). Elas sempre contribuem para uma maior mobilidade descendente em relação à ascendente. No entanto, para os estratos intermediários nada pode ser dito. Uma alta chegada líquida no estrato baixo-superior pode estar contribuindo para a mobilidade

[7] Os estratos são ordenados, na matriz de mobilidade, do mais alto para o mais baixo.

ascendente se o fluxo vindo do estrato baixo-inferior for muito grande (como, aliás, parece ser freqüente acontecer).

De maneira geral, para analisar o efeito dos déficits e superávits de emprego em cada estrato sobre as taxas de mobilidade ascendente e descendente (e, conseqüentemente, a mobilidade total), será preciso buscar as células nas matrizes de mobilidade intergeracional responsáveis pelas taxas. Não há uma solução simples. Mesmo assim, o conceito de chegada líquida mantém-se útil pela possibilidade de análise causal que ela permite.

A ligação das chegadas líquidas por estrato com as taxas de mobilidade circular e estrutural é ainda mais complicada. Seja mín (Nij ; Nji) o menor número entre os das células Nij e Nji. Então pode-se definir:

Taxa de mobilidade estrutural = [N - Σ mín (Nij ; Nji)] / N , onde i , j = 1, 2,...6

Taxa de mobilidade circular = Taxa de mobilidade total - Taxa de mobilidade estrutural =
= { [Σ mín (Nij ; Nji)] - Σ Nii } / N , onde i , j = 1, 2,...6

Poderia, intuitivamente, parecer que a soma do módulo das chegadas líquidas devesse corresponder à mobilidade estrutural uma vez que ambos números eliminam os indivíduos imóveis e fluxos iguais de entrada e saída. No entanto, eles nada tem a ver um com o outro uma vez que o primeiro compara os que entram e saem do mesmo estrato, enquanto o segundo compara entradas e saídas entre pares de estratos diferentes. Na verdade, é muito difícil visualizar uma ligação direta.

Pensou-se, então, em talvez utilizar uma conexão indireta via taxas de mobilidade ascendente e descendente. No entanto, aqui também a associação não é simples. Poderia-se intuir que uma grande diferença entre mobilidade ascendente e descendente significaria uma maior mobilidade estrutural. Imagine-se, porém, taxas iguais de mobilidade ascendente e descendente. Se esta igualdade for causada por fluxos ascendentes e descendentes de mesma grandeza entre pares de estratos, então a mobilidade circular poderá ser grande (dependendo da imobilidade), e a estrutural será necessariamente pequena. Mas se a causa da igualdade entre as taxas for a coexistência de grandes fluxos ascendentes líquidos entre alguns pares de estratos e grandes fluxos descendentes líquidos entre outros pares de estratos, então a taxa de mobilidade estrutural será alta e a circular tenderá a ser pequena (dependendo novamente da imobilidade).

A conclusão é que, se de fato o conceito de chegadas líquidas parece apropriado para estudar os efeitos, por exemplo, da geração de oportunidades ocupacionais, sua associação com as taxas de mobilidade, totais, ascendentes, descendentes, estruturais ou circulares, não é direta; e fica claro que mesmas taxas podem

ser explicadas por conjunturas econômicas muito diferentes mesmo que não se apele para qualquer outro tipo de argumentação extra-econômica.

Tendo esses esclarecimentos teóricos em vista, procurar-se-á explicitar, a seguir, a causalidade por trás das mudanças nas taxas de mobilidade utilizando a análise detalhada das matrizes de mobilidade, o conceito de chegadas líquidas, e as evidências a respeito da evolução da economia brasileira e suas mudanças estruturais desde a década de 50.

3.3. As Evidências

3.3.1. Chegadas Líquidas por Estrato

Seguindo o esquema teórico delineado na seção anterior, o primeiro passo para se analisar as causas econômicas por trás das taxas de mobilidade social consiste em calcular as chegadas líquidas em cada estrato. Dessa forma consegue-se definir o peso e o papel de cada estrato na evolução das taxas de mobilidade. Para isso, desdobrar-se-á os fluxos de mobilidade ascendente e descendente por origem e destino.

A tabela 3b mostra que, em termos de mobilidade ascendente, 76% dos que a fizeram em 1973 eram originários do estrato baixo-inferior. Este perfil foi gradualmente se deslocando para cima acompanhando o movimento da população. No entanto, mesmo em 1988 quase metade dos ascendentes ainda vinham desse estrato. O principal estrato de chegada sempre foi o médio-inferior com forte participação do médio-médio.

3b. Distribuição da Mobilidade Ascendente por Origem e Destino, 1973-88

Mobilidade Ascendente			
Origem (%)			
	1973	1982	1988
Alto	0	0	0
Med-sup	1	2	2
Med-med	7	14	16
Med-inf	7	12	16
Bai-sup	10	14	17
Bai-inf	76	58	48
Total	100	100	100

Mobilidade Ascendente			
Destino (%)			
	1973	1982	1988
Alto	6	8	10
Med-sup	10	18	23
Med-med	25	28	25
Med-inf	34	29	28
Bai-sup	24	16	14
Bai-inf	0	0	0
Total	100	100	100

Fonte: Matrizes do Anexo de Tabelas

Quanto à mobilidade descendente, 50% partia, em 1973, do estrato médio-médio havendo um pulo para 77% em 1982. A direção tem sido cada vez mais os estratos médio-inferior e baixo-superior, como mostra a tabela 3c.

3c. Distribuição da Mobilidade Descendente por Origem e Destino, 1973-88

Mobilidade Descendente			
Origem (%)			
	1973	1982	1988
Alto	12	5	5
Med-sup	15	8	9
Med-med	50	77	74
Med-inf	16	9	11
Bai-sup	6	1	2
Bai-inf	0	0	0
Total	100	100	100

Mobilidade Descendente			
Destino (%)			
	1973	1982	1988
Alto	0	0	0
Med-sup	4	2	2
Med-med	13	5	6
Med-inf	30	43	40
Bai-sup	28	35	35
Bai-inf	26	15	18
Total	100	100	100

Fonte: Matrizes do Anexo de Tabelas

Subtraindo os fluxos de saída daqueles de chegada em cada estrato chega-se ao que foi denominado de chegada líquida. A tabela 3d sugere que, além do estrato baixo-inferior, que sempre teve dificuldades em gerar os empregos demandados pelos originários desse estrato, a partir de 1982 o estrato médio-médio também se tornou deficitário em empregos, e a uma taxa levemente crescente, enquanto o estrato baixo inferior reduzia seu déficit.

3d. Chegadas Líquidas por Estrato, 1973-88

Chegadas - Saídas de Ocupados (% da amostra)			
	1973	1982	1988
Alto	1.5	2.1	2.4
Med-sup	3.2	5.0	5.8
Med-med	4.6	-13.7	-15.3
Med-inf	14.5	15.9	12.3
Bai-sup	9.2	10.3	8.0
Bai-inf	-32.8	-19.7	-13.2

Fonte: Matrizes do Anexo de Tabelas

Das duas hipóteses feitas no esquema analítico criado para que estas chegadas líquidas pudessem ser interpretadas como superávits ou déficits na geração de empregos, a de ausência de mobilidade internacional não será discutida. Alguns comentários sobre a relativa constância das taxas de desemprego, no entanto, parecem adequados.

Para a interpretação destas chegadas líquidas com sendo superávits na criação de empregos supôs-se que o desemprego dos originados nos estratos com chegadas líquidas positivas não estaria aumentando. Não se tem esta estatística. Não há dados para o desemprego ao longo do tempo por status de origem dos desempregados.

No entanto, sabe-se que o desemprego na sociedade em geral não apresentou uma clara tendência crescente ou decrescente no período 1940-60, ao menos a contar pelas taxas de crescimento da PEA e da população ocupada para esse período, como mostram as tabelas 3e e 3f.

3e. Taxas Anuais de Crescimento da PEA (%), 1940-80

1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
1.5	2.9	2.7	3.9

Fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil*, IBGE, 1990.

3f. Taxas Anuais de Crescimento do Total de Ocupados, 1940-80

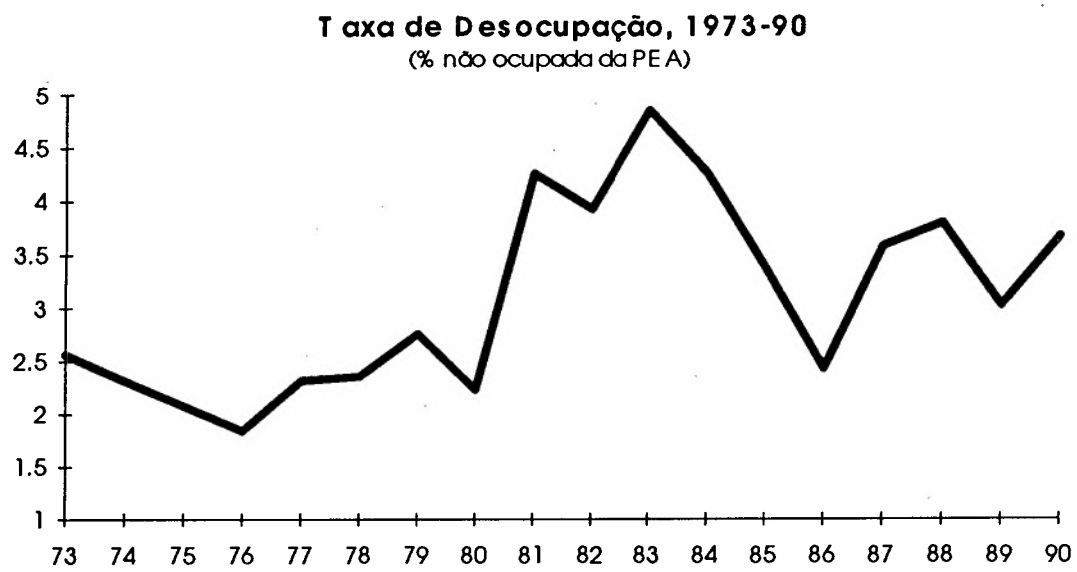
1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
1.5%	2.9%	2.6%	3.7%

Fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil*, IBGE, 1990.

Nas mesmas tabelas, pode-se ver que para o período 1960-80 parece haver uma tendência de aumento nas taxas de desemprego. Na década de 60, a maior redução nas taxas de crescimento da ocupação do que nas taxas de crescimento da PEA reflete que o aumento do desemprego tem origem na redução da geração de empregos. Já na década de 70, com as altas taxas de geração de emprego, o aumento do desemprego parece ter origem em um alto crescimento da PEA.

O importante a ressaltar por enquanto é que no período 1957-73, isto é entre a data de referência para os pais da amostra de 1973 e os filhos pertencentes à amostra, o desemprego deve ter estado em leve ascenção. Essa ascenção deve ter sido maior para os períodos 1966-82 e 1972-88. Particularmente, o ano de 1982, o da segunda amostra foi um ano de alto desemprego, como mostra o gráfico abaixo[8].

[8]O gráfico possui pelo menos uma distorção devido à estimativa da PEA de 1980, extraída do censo. O ano contrasta com os demais revelando alguma incompatibilidade da metodologia utilizada para a PNAD nos demais anos e o censo de 1980. A taxa verdadeira deve ser mais elevada. A superestimação da PEA de 1973 (ver pg 30) pode não ter causado distorções uma vez que as taxas de ocupação parecem também estar superestimadas. Isto é sugerido pelo exepcionalmente baixo crescimento da ocupação entre 1973 e 1976 quando o PIB teve forte crescimento nesses anos.



Fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil*, IBGE, 1990.

Isso tudo significa que, se não se tem as taxas de desemprego para a população segundo estrato de origem, a ascenção no desemprego geral *sugere que a interpretação de superávit na geração de empregos nos estratos com chegadas líquidas positivas deve ser vista com cautela, enquanto a interpretação de déficit na geração de empregos naqueles estratos com chegadas líquidas negativas se encontra, eventualmente, reforçada*[9].

3.3.2. O Crescimento Natural dos Estratos

A próxima tarefa consiste em distinguir as causas econômicas e as demográficas por trás das mudanças ocorridas com os superávits e déficits de emprego em cada estrato. Assim, por exemplo, a grande redução do déficit do estrato baixo-inferior na geração de empregos de 1973 para 1982 pode ser explicada por uma queda no crescimento natural (uma menor taxa de natalidade, maior mortalidade ou menor taxa de atividade), por um aumento na geração de empregos no estrato, ou por um efeito

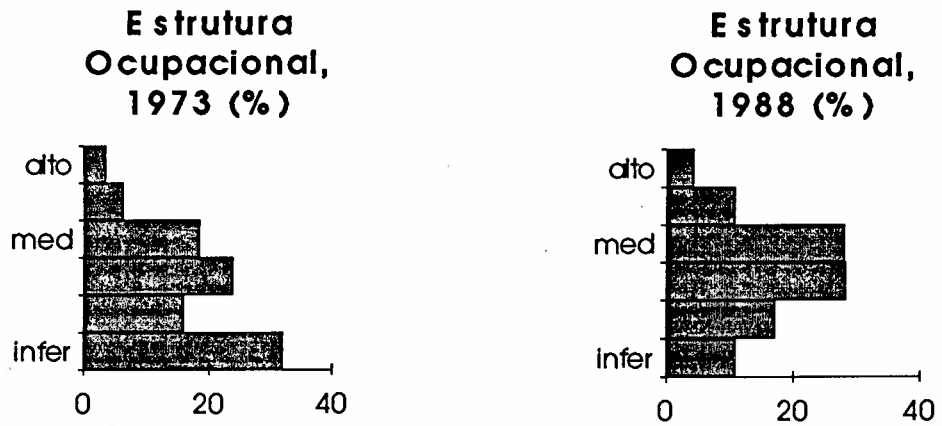
[9] Lembrar que a noção de superávit ou déficit foi definida com referência aos desempregados originados em cada estrato e não aqueles que estão naquele momento procurando emprego em ocupações daquele estrato.

acumulativo temporal de mobilidades passadas reduzindo o número de pessoas originadas naqueles estrato.

Em primeiro lugar, parece óbvio que mudanças nas taxas de crescimento natural não podem ser a única explicação. Se assim fosse não haveria motivos para mudanças no perfil da estrutura ocupacional, uma vez que esta reflete os ocupados e não os dispostos a ocupar as posições criadas.

Ao menos para a amostra de 88 isto é facilmente verificável. Como já explicado, a estrutura ocupacional dos pais (1972) não é induzível das matrizes de mobilidade, mas comparando-se a dos filhos entre 1973 e 1988 têm-se praticamente o mesmo intervalo que separa a amostra de 1988 do ano de referência de seus pais.

Nos gráficos que seguem vê-se que no período 1973-88 houve um inchaço dos estratos médios com redução praticamente exclusiva do estrato baixo-inferior.



Fonte: Elaborado a partir das matrizes de mobilidade.

Isto é o suficiente para afirmar que, ao menos para as chegadas líquidas de 1988, não é possível explicá-las apenas por diferenças em variáveis demográficas entre os estratos mas é preciso considerar mudanças na distribuição das oportunidades ocupacionais geradas, ou o efeito acumulativo da mobilidade passada.

Parece razoável supor que o mesmo também é válido para as chegadas líquidas de 1973 e 1982.

Para o período anterior a 1973 há poucos dados sobre o crescimento natural dos estratos. Basicamente, o que se tem são os dados dos censos anuais de 1950 em diante. Este período seria fundamental para poder comparar o crescimento demográfico entre 1957-73 com o de 1966-82. Observe-se, no entanto, que como o período 1966-73 é comum ao que influenciou tanto as taxas de 1973 quanto as de 1982,

pode-se igualmente analisar as diferenças entre 1957-66, que influenciou as chegadas líquidas de 1973, e de 1973-82 que afetou as chegadas medidas neste último ano.

A tabela 3g mostra as taxas de fecundidade e de mortalidade infantil por zona de residência. O que se buscou fazer foi oferecer alguns indícios sobre o comportamento do crescimento natural do estrato baixo-inferior quando comparado aos demais estratos. A tabela A1 do anexo observa que há uma correspondência de aproximadamente 80% entre a zona rural e o estrato baixo-inferior. Para os demais estratos não há como distinguir entre as taxa de crescimento natural.

3g. Indicadores Demográficos por Zona de Residência, 1950-80

	Taxa de Fecundidade Total			Taxa de Mortalidade Infantil (por mil)		
	1960	1970	1980	1950/60	1960/70	1970/80
Total	6.3	5.8	4.4	118.1	116.9	87.9
Urbana		4.6	3.6		115.3	85.2
Rural		7.7	6.4		118.5	92.9

Fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil*, IBGE, 1990.

Entre 1960 e 1980 a queda na taxa de fecundidade se acentuou, mas manteve-se sempre mais alta na zona rural. A taxa de mortalidade infantil também teve uma forte queda na década de 70 sendo que as taxas entre as zonas rurais e urbanas são mais próximas do que as de fecunidade. Como as taxas de atividade na zona rural tendem a ser maiores do que na zona urbana[10], pode-se dizer que o crescimento natural do estrato baixo-inferior deve ter sido maior do que o dos demais estratos. Isto contribui para reduzir as chegadas líquidas no estrato.

Uma última reflexão sobre o efeito do crescimento natural dos estratos, desta vez diretamente sobre as taxas de mobilidade ascendente e descendente pode ser feita. Um forte crescimento no volume total da PEA pode afetar as taxas de mobilidade através do aumento da concorrência pelas vagas disponíveis se houver alguma preferência por empregar-se pessoas com um maior status de origem. Nesse caso, um aumento da disputa pelas oportunidades geradas tenderia a reduzir a mobilidade ascendente e

[10]Segundo estimativas extraídas de Árias, Alfonso R. e Theodoro, Mário L., "Cenários de Emprego e Renda no Brasil até o ano 2000" em *Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas para a Década de 90 v 3*, IPEA/IPLAN, 1990, a taxa de atividade na zona rural entre 1970 e 1987 ficou sempre em torno de 60% para a população maior de 10 anos, enquanto na zona urbana teve tendência crescente partindo de 49% e chegando a 57%.

aumentar a descendente[11]. Comparando-se as taxas de crescimento da PEA de 1973 e 1982 poderia ter-se uma idéia da possibilidade desse efeito ter existido.

Infelizmente, o valor estimado pela PNAD para a PEA de 1973 não parece muito confiável. Segundo este valor a PEA teria crescido a uma taxa de 0.9% ao ano entre 1973 e 1976 (não há estimativas para 1974 e 75). Entre 1977 e 83 as taxas anuais variam entre 3.2% e 6.1% e para todo o intervalo posterior a 1976 a menor taxa estimada de crescimento anual é de 2.1%. Assim, é pouco provável que este valor estimado para 1973 esteja correto.

Com isso, fica-se impossibilitado de saber se 1982 foi um ano de maior pressão sobre as vagas abertas -- exercida por um maior crescimento da PEA -- do que em 1973. Há indícios, porém, de que isso pode ter ocorrido.

O primeiro é que a taxa anual de crescimento da PEA vinha crescendo em cada década. Isso pode ser visto na tabela 3e. É possível que essa tendência tenha se revertido em algum momento na década de 70 ou 80 uma vez que ela reflete, em parte, uma aceleração do crescimento demográfico com defasagem de 10 anos, e este vem desacelerando desde provavelmente a década de 60. Entre 1950 e 1960 a taxa média de incremento anual da população residente era de 3.0 % enquanto havia estado em 2.4% entre 1940 e 50 e ficou em 2.9 % entre 1960 e 70. É também nessa década que a trajetória da taxa de fecundidade total se reverte (6.2 em 1950; 6.3 em 1960; 5.8 em 1970)[12].

Um segundo indício é a taxa específica de atividade, isto é, a porcentagem da população de 10 anos ou mais que é economicamente ativa. Esta parece ter sido maior em 1980 do que em 1970, como indica a tabela 3h.

3h. Taxa Específica de Atividade (%), 1940-80

1940	1950	1960	1970	1980
50.9	46.8	46.7	44.9	49.2

Fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil*, IBGE, 1990.

Conclui-se que, para os déficits de emprego encontrados no estrato baixo-inferior, parece contribuir uma alta taxa de crescimento natural do estrato. A redução gradativa deste crescimento pode ter ajudado a reduzir os déficits. Um forte crescimento

[11]Este mesmo efeito poderia ter sido atingido com a redução das ofertas ocupacionais, o que, mostrar-se-á mais adiante, não parece ter acontecido no global da economia.
[12]Números extraídos de *Estatísticas Históricas do Brasil*, IBGE, 1990.

da PEA pode ter contribuído, ainda, para a intensificação da mobilidade descendente caso haja uma preferência dos empregadores por pessoas de origem em estratos mais altos.

3.3.3. A Geração de Oportunidades Ocupacionais

O segundo elemento a ser analisado consiste na geração de oportunidades ocupacionais. Não se conhece a distribuição por estrato social das oportunidades anteriores a 1973. A distribuição por setor é conhecida através dos censos. A taxa de crescimento anual da população ocupada por setor de atividade pode ser vista na tabela 3i.

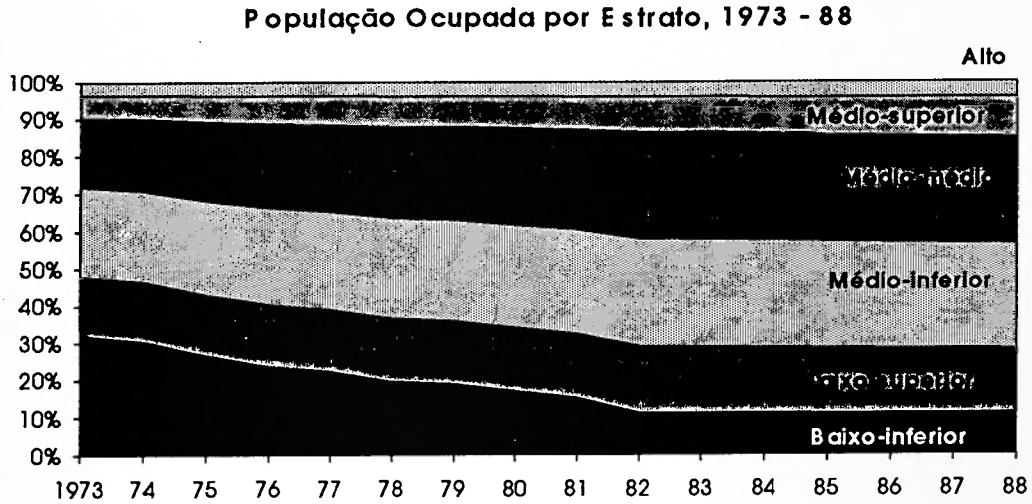
3i. Geração de Oportunidades Ocupacionais por Setor de Atividade, 1950-80

Taxa de Crescimento Anual da População Ocupada, %			
	1950/60	1960/70	1970/80
Agricultura	1.8	0.7	-0.3
Indústria	2.9	3.1	8.5
Serviços	5.1	4.5	6.3
Total	3.0	2.5	4.5

Fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil*, IBGE, 1990.

No período 1957-66 o setor de serviços é aquele que mais gerou oportunidades ocupacionais enquanto no período 1973-82 é provável que tenha sido o setor industrial. O quadro A1 do anexo mostra que os trabalhadores industriais encontram-se principalmente nos estratos médio-inferior e baixo-superior enquanto os trabalhadores do setor de serviços estão distribuídos do estrato baixo-superior para cima. Esta mudança na geração de oportunidades ocupacionais terá gerado mobilidade descendente caso o crescimento do setor de serviços no período 1957-66 tenha se concentrado nos estratos mais elevados.

O setor de serviço que cresceu no período 1973-82 parece ser o de estratos mais elevados. Isto pode ser visto no gráfico abaixo.



Fonte: *PNAD*, IBGE, vários anos.

O gráfico mostra o inchaço do estrato médio-médio. Para que o setor industrial tenha sido o de maior crescimento, é de se esperar que as ocupações do setor de serviços dos estratos baixo-superior e médio-inferior tenham crescido pouco.

O gráfico é fruto da estimação de uma série anual para a estrutura ocupacional brasileira por estrato (reproduzida no anexo de tabelas). Fez-se algumas hipóteses para isolar as ocupações dos chefes de família daquelas dos demais membros. A idéia básica utilizada foi a de que as modificações observadas nas datas de referência para a mobilidade (1973, 82 e 88) teriam se destribuído ao longo dos anos seguindo as taxas de crescimento da ocupação total: um maior número de vagas abertas significaria uma aceleração nas modificações.

Os passos seguidos para construção dessa série foram os seguintes:

a) calculou-se o número de chefes de família ocupados em cada estrato para os anos de 1973, 82 e 88, utilizando o número total como extraído da PNAD e as porcentagens de cada extrato como presentes nas matrizes de mobilidade.

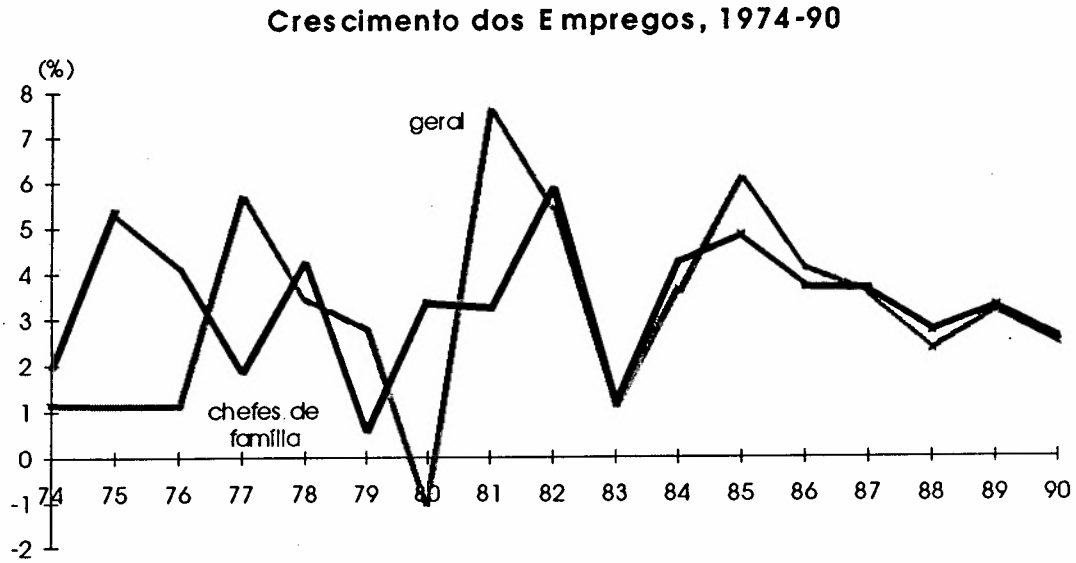
b) calculou-se que porcentagem da variação anual da população ocupada que caberia a cada estrato como sendo a porcentagem da variação total entre os anos de 1973-82 e 1982-88 que coube a cada um deles.

c) construiu-se a série utilizando a variação anual dos chefes de família ocupados como fornecida pela PNAD.

Ainda na tabela 3i vê-se que o setor primário respondeu cada vez menos pela geração de empregos chegando mesmo a haver redução do número de empregos existentes em termos absolutos.

Conclui-se que os efeitos das mudanças alocativas da geração de empregos são ambíguas. Se, por um lado, a queda na proporção de empregos geradas no setor primário e o crescimento dos empregos em ocupações do setor terciário de maior status podem ter contribuído para a mobilidade ascendente, a forte expansão do setor secundário pode ter provocado alguma mobilidade descendente.

Assim como foi feito com a análise do crescimento natural dos estratos, aqui também cabem algumas observações a respeito dos possíveis efeitos de variações na geração total de empregos diretamente sobre as taxas de mobilidade (sem passar pelas chegadas líquidas). Estas observações devem ser feitas com cautela uma vez que as estatísticas de emprego não distinguem costumeiramente os chefes de família dos demais membros. Este é um problema uma vez que são os chefes de família os relevantes nas taxas de mobilidade. O gráfico abaixo mostra que pode haver alguma diferença nessa geração de empregos. Ele compara os totais obtidos para os chefes de família com aqueles oferecidos para a população como um todo segundo a própria PNAD.



A partir de 1982 constata-se uma forte coincidência entre a oscilação das oportunidades para os chefes de família e aquelas para todos os membros da família de maneira geral. No entanto, parece haver alguma diferença no período anterior a 1982. A que atribuir essa diferença? Apesar de 1982 ser um ano de pesquisa sobre mobilidade, dificilmente há algum problema metodológico nas estimativas aqui apresentadas uma vez que os dados estão presentes nas PNAD sem modificação. Apesar de não se ter uma resposta, fica a advertência.

De que maneira as oscilações no volume total de oportunidades de emprego para chefes de família geradas pela economia nos períodos 1973-82 e 1982-88 podem ter afetado as taxas de mobilidade? O volume total de empregos só afeta a mobilidade se afetar a diferenciação ocupacional. Se a geração de empregos simplesmente reproduzisse a estrutura ocupacional, pouco importaria para as taxas de mobilidade se há muito ou pouco emprego, os efeitos recairiam apenas sobre as taxas de desocupação. Se, porém, um maior volume de empregos criados acelera o processo de diferenciação ocupacional, a estrutura ocupacional tende a se modificar mais depressa fazendo-se refletir sobre as taxas de mobilidade estrutural.

A tendência da geração de empregos para chefes de família foi de um crescimento anual dos ocupados de 3.62% entre 1973 e 1982 e de 3.65% entre 1982-88, medidos por aproximação linear[13]. Não há dados diretamente comparáveis para os períodos anteriores. Se se considerar porém toda a família, e o cálculo das taxas anuais de crescimento do emprego medidos tomando os valores de cada ponta do intervalo, no caso os anos do censo (sujeitos a distorções quando os anos de ponta são de desempenho excepcional da economia), tem-se a tabela 3f apresentada anteriormente.

Vê-se que a década de 70 foi particularmente geradora de empregos quando comparada com as décadas anteriores. Estes números estão sujeitos a anos extremos atípicos. Um cálculo, com a mesma metodologia, utilizando dados da PNAD geraria um crescimento anual de 2.98% para o período 1973-82 e um de 3.45% para 1982-88. Mesmo assim, fica claro que os períodos foram os de maior ritmo de geração de empregos das últimas décadas. Isto deve ter favorecido a mobilidade.

É importante não esquecer que as taxas totais de mobilidade só cairam um pouco entre 1982 e 1988. Até 1982, a mudança relevante a ser explicada é a queda da mobilidade ascendente com aumento da descendente.

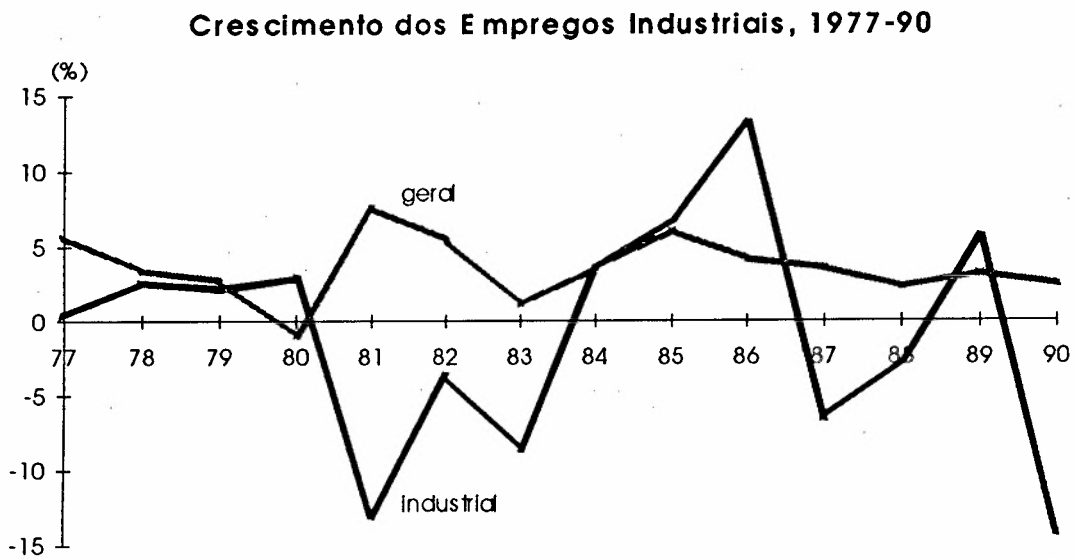
Possivelmente o final de 1982, quando foi feita a segunda pesquisa sobre mobilidade, não tenha sido um bom momento para os empregos considerando a queda observada em 1983 no gráfico acima. Poderia isto ter afetado os dados de mobilidade? O processo de diferenciação ocupacional é um processo que não ocorre do dia para a noite e está ligado às mudanças estruturais e tecnológicas na produção econômica. No entanto, eventualmente alguns grupos de trabalhadores estão mais sujeitos a oscilações conjunturais do emprego do que outros, distorcendo os dados sobre a estrutura ocupacional captados pela pesquisa de mobilidade de 1982. Duas tentativas de descobrir este tipo de efeito foram feitas.

---

[13]O cálculo destas taxas foi feito através de uma regressão linear para cada período da variável citada contra os anos; uso dos coeficientes da regressão para calcular o valor estimado para início e fim de período; e posterior cálculo da taxa anual de crescimento entre as pontas estimadas. Este procedimento evitou distorções devido a anos excepcionais nos extremos dos períodos.

Na primeira, observou-se que a geração de empregos para os chefes de família parece ser mais estável do que para os demais membros da família. A tendência de crescimento anual da geração de empregos de maneira geral medida por aproximação linear saltou de 2.97% entre 1973 e 1982 para 3.82% entre 1982 e 1988 contrastando com a estabilidade da tendência para os chefes de família em particular, 3.62% e 3.65% nos períodos respectivos. Assim também os picos mais altos ou mais baixos de variação dos ocupados são atingidos quando considerados os empregos para todos os membros da família e não apenas para os chefes de família, como pode ser observado no gráfico já apresentado. Isto sugere um efeito relativamente menor de oscilações conjunturais sobre o emprego dos chefes de família quando comparados a todos os membros e reduz as possibilidades de oscilações conjunturais do emprego terem afetado as taxas de mobilidade.

Um segunda experiência foi feita comparando-se a sensibilidade dos empregos industriais à dos empregos de maneira geral. A idéia é a seguinte: se os empregos industriais oscilarem menos com a conjuntura do que a média dos empregos, então um momento ruim como o final de 1982 teria medido uma maior proporção de ocupações industriais do que seria de se esperar na maior parte do tempo. Considerando que há uma certa concentração deste tipo de ocupação nos estratos médio-inferior e baixo-superior, que, os principais estratos receptores da mobilidade descendente, as taxas de mobilidade descendente estariam superestimadas.



Fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil*, IBGE, 1990.

O gráfico acima mostra que os empregos industriais não só parecem até menos estáveis do que a média, como passaram por um período muito ruim entre 1981 e 1983 havendo diminuição dos ocupados na indústria durante o período. Conclui-se que esta não deve ser uma fonte de superestimação das taxas de mobilidade descendente. Na verdade, talvez até as subestime.

3.3.4. Efeitos Acumulados no Tempo

Resta avaliar os efeitos acumulados de mobilidades passadas. Um exercício simples é bastante elucidativo.

A tabela 3j e as equações que lhes seguem mostram como as taxas de mobilidade para os três anos podem ser decompostas em parcelas que combinam a origem da população ocupada e a propensão de cada estrato à mobilidade, isto é, nas porcentagens dos ocupados que fizeram mobilidade em cada estrato de origem (estrato dos pais).

3j. Decomposição das Taxas de Mobilidade, 1973-88

Origem dos Ocupados, 1973-88			
Status dos Pais, %			
	1973	1982	1988
Alto	2.0	2.0	1.9
Med-sup	3.1	5.0	5.1
Med-med	13.8	41.9	43.5
Med-inf	9.3	13.3	16.2
Bai-sup	6.9	7.7	9.2
Bai-inf	64.9	30.1	24.2
Total	100.0	100.0	100.0

Fluidez Social, 1973-88			
(propensão à mobilidade, %)			
	1973	1982	1988
Alto	70.2	67.8	65.2
Med-sup	71.3	69.9	65.2
Med-med	63.8	62.9	60.2
Med-inf	53.7	55.7	56.5
Bai-sup	76.2	75.3	74.4
Bai-inf	55.1	76.7	74.6
Total	58.4	67.6	64.7

Fonte: Matrizes do Anexo de Tabelas

1973: mobilidade intergeracional =

0.02x0.702+0.031x0.713+0.138x0.638+0.093x0.537+

0.069x0.762+0.649x0.551 = 0.584

1982: mobilidade intergeracional =
0.02x0.678+0.05x0.699+0.419x0.629+0.133x0.557+
0.077x0.753+0.301x0.767 = 0.675

1988: mobilidade intergeracional =
0.019x0.652+0.051x0.652+0.435x0.602+0.162x0.565+
0.092x0.744+0.242x0.746 = 0.648

Em 1973, 64.9% dos ocupados tinham origem no estrato baixo-inferior. Em 1982 e 88 ocorreram duas mudanças importantes: Por um lado, a propensão à mobilidade do último estrato deu um salto de 55% para em torno de 75%; por outro, o principal estrato de origem dos ocupados passou a ser o médio- médio. Isto teve dois efeitos. Em primeiro lugar, a mudança da origem dos ocupados de um estrato com propensão à mobilidade de 55% para outros dois com propensão entre 66% e 75% aumentou a mobilidade social. Em segundo lugar, o deslocamento do principal estrato de origem do baixo-inferior para o médio-médio aumentou a possibilidade de haver mobilidade descendente.

Os dois efeitos apontados acima são justamente os dois principais fenômenos relacionados com as taxas de mobilidade que se procura explicar. A mobilidade intergeracional aumentou de 58.4% para 67.5% entre 1973 e 1982. A mobilidade descendente aumentou de 11.3% para 27.6% entre 1973 e 1982 enquanto a mobilidade ascendente caía de 47.1% para 39.9%.

Conclui-se que uma forte mobilidade no período 1957-66 (diferença entre os anos de referência para os pais dos estratos de 1973 e 82), mais especificamente, uma massiva saída do estrato baixo-inferior, se refletiu no aumento da propensão à mobilidade do estrato e na redução de seu peso como estrato de origem em amostras seguintes. Este é o efeito temporal procurado.

3.3.5. Uma Explicação para as Mudanças nas Taxas de Mobilidade

É hora de buscar formular uma explicação capaz de dar conta das alterações nas taxas estudadas e das evidências encontradas, e, simultaneamente, oferecer uma compreensão articulada do processo de transformação estrutural pelo qual o país passou nas últimas décadas.

Os resultados obtidos até agora podem ser resumidos da seguinte maneira:

a) Encontrou-se déficits de emprego nos estratos baixo-inferior (desde 1957 e decrescente) e médio-médio (desde 1966 e crescente). Os estratos baixo-superior e médio-inferior tendem a apresentar superávit.

b) Para os déficits de emprego no estrato baixo-inferior parece ter contribuído um forte crescimento natural do estrato que vem decrescendo.

c) Uma intensificação no crescimento da PEA na década de 70 pode também ter contribuído para estimular a mobilidade descendente.

d) O efeito das mudanças na alocação da geração de empregos não é claro. A baixa geração no setor agrícola estimula a mobilidade ascendente, mas o forte crescimento do setor industrial na década de 70 pode ter provocado mobilidade ascendente ou descendente dependendo da origem dos que para lá se deslocaram a partir do setor de serviços, que vem crescendo muito desde a década de 50.

e) Não há evidências de que oscilações conjunturais na geração de empregos tenham distorcido as tendências nas taxas de mobilidade.

f) Entre 1957 e 1966 ocorreu uma saída massiva do estrato baixo-inferior que se refletiu no aumento da propensão à mobilidade do estrato e na queda da representatividade do mesmo em termos de origem da amostras seguintes.

Parece conveniente mudar alguns dos elementos com os quais tem se raciocinado até aqui. Em primeiro lugar, o intervalo, um tanto suspeito, de 1957-66 será tratado mais flexivelmente como segunda metade da década de 50 e primeira da de 60. Em segundo, os ocupantes do estrato baixo-inferior serão tratados de agora em diante como trabalhadores rurais do setor agrícola.

Tomando-se estrato por estrato, vê-se que o baixo-inferior sempre apresentou déficit de empregos. Este déficit, porém tem sido cada vez menos importante para a determinação dos fluxos de mobilidade de maneira geral. Isto é sustentado pelo fato de que o papel do estrato tanto nas chegadas líquidas, quanto como origem da mobilidade ascendente ou destino da descendente vem diminuindo em termos de porcentagem da amostra. A razão deste fenômeno não está em uma queda do déficit de empregos do estrato quando este déficit é medido em relação aos empregos existentes no próprio estrato. Na verdade, a propensão à mobilidade aumentou desde a primeira geração de pais, o que mostra que a queda na geração de oportunidades do estrato deve ter-se imposto sobre alguma queda no seu crescimento natural.

A razão para a menor importância atual dos trabalhadores agrícolas na determinaçao dos fluxos de mobilidade está no simples fato de que, hoje, eles são uma parcela muito menor da população total. Nas matrizes de mobilidade do anexo pode-se ver que de 65% da população de pais da primeira amostra, eles cairam para 24% na terceira. Se não se pode induzir estes números diretamente para a população no período

de referência para os pais, parece claro que entre finais da década de 50 e começo da de 70 deve ter havido um processo intenso de migração rural-urbana que, por ter se mantido durante tanto tempo, alterou o perfil da estrutura ocupacional em direção aos estratos urbanos de modo a reduzir enormemente o significado dos fluxos ainda existentes.

Os estratos baixo-superior e médio-inferior têm sido sempre os estratos mais superavitários na geração de empregos. São os trabalhadores braçais urbanos ou com alguma qualificação técnica cujo peso na estrutura ocupacional vinha crescendo lentamente até finais da década de 60 (a contar pelo crescimento dos pais oriúndos nessas amostras) havendo então uma aceleração nos começos da década de 70, e alguma estagnação na de oitenta. Com a diminuição do peso do setor agrário-rural, eles passaram a concentrar quase 60% da mobilidade descendente na década de 70 e mais de 70% na de 80. Como seria de se esperar, seu peso na mobilidade ascendente diminuiu.

A aceleração do crescimento destes estratos nos finais da década de 60 e começo da de 70 pode estar associada ao forte crescimento da indústria nesse período. Principalmente o estrato médio inferior, o que mais cresceu dos dois, concentra ocupações ligadas à indústria, seja de transformação ou construção, como mecânicos, eletricistas, pedreiros e marceneiros. É importante lembrar que é na década de 70 que o fluxo descendente a partir do estrato médio-médio ganha impulso.

De todos os estratos, o comportamento do médio-médio é o mais difícil de decifrar. Ele é formado basicamente pelos trabalhos não braçais mais simples com alguma concentração no setor de serviços. São pequenos comerciantes, auxiliares de escritório, professores primários, oficiais e praças das forças armadas, datilógrafos e desenhistas, entre outros. De superavitário na geração de empregos ele se tornou deficitário na década de 70, o que contrasta com seu forte crescimento nesse período. O aparente paradoxo é resolvido quando se mostra que esse estrato era a origem de apenas 13.8% da população em 1973 e passou a ser de 41.9% em 1982. Ou seja, se seu crescimento foi forte entre 1973 e 82, foi ainda mais forte no período que separa os pais dessas gerações criando uma falta de empregos para todos os originários nesse estrato. Posto de outra forma, se a geração de empregos entre 73 e 82 foi muito grande nesse estrato, a geração de candidatos a ocupar esses empregos pelo próprio estrato foi maior ainda[14].

Não é fácil explicar o forte crescimento das ocupações do setor médio-médio desde ao menos a segunda metade da década de 50. Tanto Pastore (1989) quanto

---

[14] É importante estar atento para os diferentes intervalos de tempo envolvidos nas comparações. Chegadas líquidas comparam a geração dos pais com a dos filhos. As mudanças de estrutura ocupacional aqui referidas não dizem respeito a esse intervalo e sim àquele entre duas amostras dos filhos (73 e 82, por exemplo). Comparando chegadas líquidas de 73 com as de 82 compara-se dois intervalos de tempo também separados no tempo entre si. Isso também é feito quando se compara o crescimento da geração de empregos no intervalo que separa os pais das amostras com aquela no intervalo que separa os filhos das amostras.

Castro e Pastore (1983) mostram como a mobilidade ascendente brasileira se deu percorrendo principalmente curtas distâncias. Seria de se esperar que o forte crescimento do médio-médio tenha sido derivado de um fluxo ascendente que começa nas zonas rurais, passa pelos estratos urbanos inferiores até chegar ao médio médio. Uma análise das matrizes de mobilidade, porém, mostra que os fluxos em direção ao estrato médio-médio sempre foram maiores vindos diretamente do estrato rural do que dos estratos urbanos mais baixos. O fluxo originado no estrato baixo-inferior e em direção ao médio-médio foi inclusive maior do que aquele originado no mesmo estrato em direção ao baixo-superior na amostra de 1982.

Considerando a natureza das ocupações do estrato médio-médio, uma das hipóteses que mereçem investigação parece ser a de haver algum papel do setor informal da economia nestes fluxos. A seção 4.2 aprofunda a análise desta hipótese.

Por fim, os estratos médio-superior e alto não oferecem mistérios. Eles vieram lentamente ganhando alguma participação na estrutura ocupacional.

De maneira geral, pode-se contar a seguinte história: Na segunda metade da década de 50 e primeira da de 60 o processo de migração das atividades rurais para as urbanas está a pleno vapor. Essas migrações se destinam principalmente a atividades industriais, particularmente na indústria de construção, e de serviços não qualificados como domésticas, porteiros e faxineiros pertencentes aos estratos baixo-superior e médio inferior. Boa porcentagem, porém, também se destinava a atividades do estrato médio-médio cuja natureza não está clara. Na segunda metade da década de 60 já há uma porcentagem considerável da PEA ocupada em atividades urbanas. Com isso, o fluxo descendente do estrato médio-médio para os dois estratos imediatamente inferiores, que sempre fora um fluxo presente e perceptível, ganhou gradualmente em peso perante o fluxo ascendente decrescente que vinha do campo. As mudanças de status ocupacional na sociedade brasileira passou a se concentrar cada vez mais entre os três estratos formados pelos trabalhadores industriais e de serviços pouco ou nada qualificados simplesmente porque estes estratos passaram a concentrar a maior parte da população como fruto das mudanças estruturais na produção econômica brasileira, ligados à industrialização e crescimento dos serviços urbanos, da segunda metade da década de 50 e primeira da de 60.

A principal fraqueza do raciocínio acima é que ele depende fortemente de movimentos que ocorreram com os pais das gerações de 70 e 80. Por razões já explicadas anteriormente, a amostra que se tem dos ocupados dessa época (os pais das matrizes de mobilidade) não representa fielmente a população ocupada. Assim, por exemplo, não é possível afirmar que uma menor proporção das pessoas economicamente ativas da área rural resolveu buscar emprego nas zonas urbanas na década de 70 do que na de oitenta. Sabe-se apenas que a porcentagem dos ascendentemente móveis com origem na zona rural

caiu, mas nada pode ser afirmado sobre o tamanho exato das populações rurais no tempo de saída para a migração urbana impossibilitando deduzir-se sobre a propensão à mobilidade da população.

A história relatada parece explicar as mudanças detectadas nas taxas de mobilidade.

Tomando-se os estratos ocupacionais aos pares e estudando-se os fluxos de mobilidade ascendente e descendente entre cada par, percebe-se que houve apenas dois fluxos de mobilidade descendente líquida (estrutural) nos três anos. Estes ocorreram entre os estratos médio-médio e médio-inferior, e médio-médio e baixo-superior. Ambos fluxos aumentaram muito entre 1973 e 1982 (de 0.6% da amostra para 7.7%, e de 0.02% da amostra para 5.2%, respectivamente). É por isso que o aumento da mobilidade descendente teve também um componente de aumento da mobilidade estrutural. Se o aumento da mobilidade descendente tivesse se dado apenas reduzindo fluxos ascendentes líquidos, o resultado teria sido a redução na mobilidade estrutural e aumento da circular. Foi isso o que ocorreu na década de 80.

3k. Tipos de Mobilidade, 1973-88

Taxas de Mobilidade (%)			
	1973	1982	1988
Estrutural	37.1	39.6	32.8
Circular	21.3	27.6	31.9
Total	58.4	67.3	64.7

Taxas entre os Móveis (%)			
	1973	1982	1988
Estrutural	63.5	58.8	50.7
Circular	36.5	41.2	49.3
Total	100	100	100

Fonte: Matrizes do Anexo de Tabelas

Observe-se que o aumento da mobilidade descendente a partir do estrato médio-médio se deve quase que exclusivamente ao aumento do número de pais nesse estrato uma vez que a porcentagem dos que tinham pais nesse estrato e que cairam aumentou muito pouco, de 0.4% para 0.5%.

O próximo capítulo aprofunda três questões que parecem centrais na explicação oferecida aqui para as mudanças nas taxas de mobilidade: os efeitos acumulados no tempo de mobilidades passadas, a pouca relevância da crise iniciada em 1979 para a explicação das mudanças e o papel do estrato médio-médio.

4. Aprofundando Alguns Pontos

O capítulo três procurou dissociar três tipos possíveis de causas por trás da guinada nas taxas brasileiras de mobilidade: mudanças demográficas, econômicas ou então aquelas associadas à permanência ao longo do tempo de determinadas configurações das variáveis econômicas e demográficas.

Viu-se que a guinada pode ser atribuída essencialmente a efeitos acumulados ao longo do tempo de dois fenômenos: a migração rural-urbana e o inchaço do estrato médio-médio do qual saem fluxos descendentes líquidos em direção aos estratos baixo-superior e médio-inferior.

Neste capítulo aprofundar-se-á três pontos que parecem centrais para a explicação dada: os efeitos acumulados de longos processos de urbanização, os pequenos efeitos da crise econômica brasileira iniciada nos finais da década de 70, e o papel particular desempenhado pelo estrato médio-médio.

4.1. Os Efeitos Acumulados da Migração Rural-Urbana

Viu-se no capítulo anterior que o principal fenômeno por trás das mudanças nas taxas brasileiras de mobilidade parece ser a acumulação dos efeitos de décadas de migração rural-urbana sobre o perfil da estrutura ocupacional.

De certa forma esse resultado era esperado. No capítulo dois mostrou-se a importância, encontrada pela literatura, das alterações na distribuição ocupacional para a determinação das taxas de mobilidade. Considerando, por um lado, que a maior parte das hierarquizações ocupacionais reservam o último estrato para os trabalhadores braçais agrícolas e, por outro, o esvaziamento que este estrato havia sofrido nas últimas décadas no Brasil, era razoável supor que o fluxo de mobilidade ascendente que esse esvaziamento gerava tenderia, com o tempo, a perder relevância para a distribuição ocupacional da população.

Desde ao menos 1940, o Brasil vem passando por um intenso processo de urbanização. Martine, Beltrão, Camarano e Neupert (1990) mostram como o auge desse processo, em termos de taxa de urbanização, isto é, a taxa de crescimento da porcentagem da população em áreas urbanas, foi na década de 50, por mais que um ritmo intenso tenha se mantido nas próximas duas décadas.

4a. Taxas de Crescimento da População Rural e Urbana e Taxas de Urbanização (%), 1940-80

	Taxas de Crescimento Anual			Taxa de
	Urbano	Rural	Total	Urbanização
1940-50	4.6	1.7	2.3	2.2
1950-60	6.2	1.8	3.0	3.1
1960-70	5.4	1.5	2.9	2.4
1970-80	4.9	0.4	2.5	2.3

Fonte: Martine, G; Beltrão, K.; Camarano, A.; Neupert, R., "A Urbanização no Brasil: Retrospectiva, Componentes e Perspectiva" in *Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas para a Década de 90 v 3*, IPEA/IPLAN, 1990.

Nas palavras dos autores:

De modo geral, (esses) dados confirmam o dinamismo excepcional do crescimento urbano na década de 50 (...). Além de apresentar as maiores taxas de crescimento da população urbana e de urbanização (...) essa década registrou o maior dinamismo em termos de novas cidades e da passagem de cidades para classes superiores. Um determinante desse vigor urbanizante foi a coincidência desse período de maior crescimento demográfico já verificado na história brasileira com as transformações sociais de extraordinária amplitude e intensidade ocorridas em todos os setores. (...) foi um período de transformações profundas em um curto espaço de tempo[1].

Entre as transformações estruturais ocorridas na década de 50 os autores citam a implantação da indústria pesada, mudanças na estrutura da produção agrícola, e medidas de integração nacional que incentivaram uma intensa migração interregional.

A importância da forte urbanização da década de 50 para as taxas de mobilidade, é que este deve ter sido um período essencial na distinção entre as gerações paternas das amostras de 1973 e 1982. Havia-se calculado como período de referência o intervalo de 1957 a 1966 mas efeitos uma pouco antes e depois desse período devem ter se feito sentir.

A taxa de urbanização não distingue entre o efeito das migrações rural-urbanas e outros fatores demográficos que entram na sua determinação. As migrações

[1]Martine, G; Beltrão, K.; Camarano, A.; Neupert, R. (1990) pg 109.

parecem ter aumentado, ao menos da década de 60 para a de 70[2]. A explicação de Martine *et alii* (1990) para que este aumento tenha resultado em um menor ritmo de crescimento urbano é do mesmo tipo dado aqui para a guinada nas taxas de mobilidade:

> *Apesar do aumento absoluto e relativo (...) do êxodo rural na década de 70, este teve um impacto menor sobre o crescimento urbano do que na década de 60, devido ao volume ampliado da base urbana*[3].

O fenômeno ocorrido no Brasil cabe perfeitamente nas evidências internacionais sobre o processo de desenvolvimento. Kuznets (1974) já havia apontado a mudança da dinâmica econômica para os setores não-agrícolas como uma das características estruturais do período econômico moderno:

> *À medida que os setores não-agrícolas aumentaram relativamente sua participação na economia, as fontes de seu crescimento futuro encontravam-se mais e mais dentro de si mesmas do que na transferência de capital e trabalho do setor agrícola*[4].

E, com relação ao final do processo de urbanização:

> *Pode ser que à medida que os deslocamentos surgidos do contraste entre agrícola e não-agrícola tornaram-se menores, o objetivo e taxa de migração interna de trabalho, e talvez de capital, tenham sido sutentados pelas diferenças contínuas entre as taxas de crescimento natural desses fatores produtivos em partes diferentes do setor não-agrícola*[5].

Foi esse deslocamento da importância dos fluxos de mobilidade associados ao estrato rural-agrícola em direção aos associados apenas a estratos urbanos, particularmente aos estratos médio-médio, médio-inferior e baixo-inferior, que ocorreu no Brasil.

Um fenômeno associado que merece particular atenção foi o aumento da mobilidade circular. Esta aumentou não só em relação à mobilidade estrutural, como com relação à imobilidade. A já referida tese da industrialização, argumentava que o

---

[2]Segundo Martine, G. et alii (1990) pg 120.
[3]Martine, G; Beltrão, K.; Camarano, A.; Neupert, R. (1990) pg 120.
[4]Kuznets, S. (1974) pg 74.
[5]Kuznets, S. (1974) pg 75.

desenvolvimento econômico tende a favorecer critérios de obtenção de status adquiridos em lugar dos atribuídos. Estes se refletiriam no aumento da mobilidade circular.

Mesmo que o processo de obtenção de status não tenha sido afetado, porém, pode haver razões para esperar um aumento da mobilidade circular em casos de industrialização, especialmente quando isto implica também em urbanização. No segundo capítulo mencionou-se estudo de Grusky e Hauser (1984) em que eles testam a hipótese de que a probabilidade relativa de mobilidade é inerente a cada estrato social, dado que esta mobilidade seria determinada pelo acesso a recursos e prestígio inerentes a cada ocupação.

O trabalho de Grusky e Hauser utiliza três estratos sociais: trabalhadores rurais, trabalhadores braçais (blue-collar), e demais trabalhadores (white-collar). Constata-se que os trabalhadores rurais possuem uma chance de imobilidade 12.3 vezes maior do que de mobilidade, os "white-collar" possuem uma chance 5.2 vezes maior, e os "blue-collar" 1.2 vezes maior, com uma regularidade bastante boa entre os diferentes países e independente de qualquer outro fator. Assim, segundo o trabalho, seria de se esperar uma alta taxa de mobilidade circular em países com grande quantidade de "blue-collars". A baixa mobilidade circular em países com grande população rural também já havia sido detectada por Hazelrigg e Garnier (1976).

Pastore também advertia, em 1979, para a possibilidade do fenômeno apontado ocorrer no Brasil.

> *Acreditamos, porém, que os maiores problemas de equalização social ainda estão por surgir no Brasil. Embora ainda haja muito espaço para a mobilidade estrutural baseada em migração rural-urbana, hoje em dia a maior parte da população já está nas grandes cidades*[6].

Enfim, os efeitos acumulados das migrações rural-urbanas detectados para o Brasil possuem forte apoio nas demais evidências existentes na literatura. Isso não quer dizer que os efeitos de um processo de urbanização sobre a alocação ocupacional sejam sempre previsíveis. Processos de urbanização podem ser muito diferentes em lugares e épocas distintas, uma vez que, aparte o esvaziamento populacional do setor agrário, diferenças na distribuição ocupacional das populações urbanas podem modificar radicalmente as taxas de mobilidade. No caso do processo brasileiro, dois fenômenos parecem intuitivamente provocativos: o efeito que pode ter tido a crise dos anos 80; e o fato de ter-se gerado um setor ocupacional urbano informal ou subterrâneo.

Esses dois fenômenos serão analisados nas próximas seções.

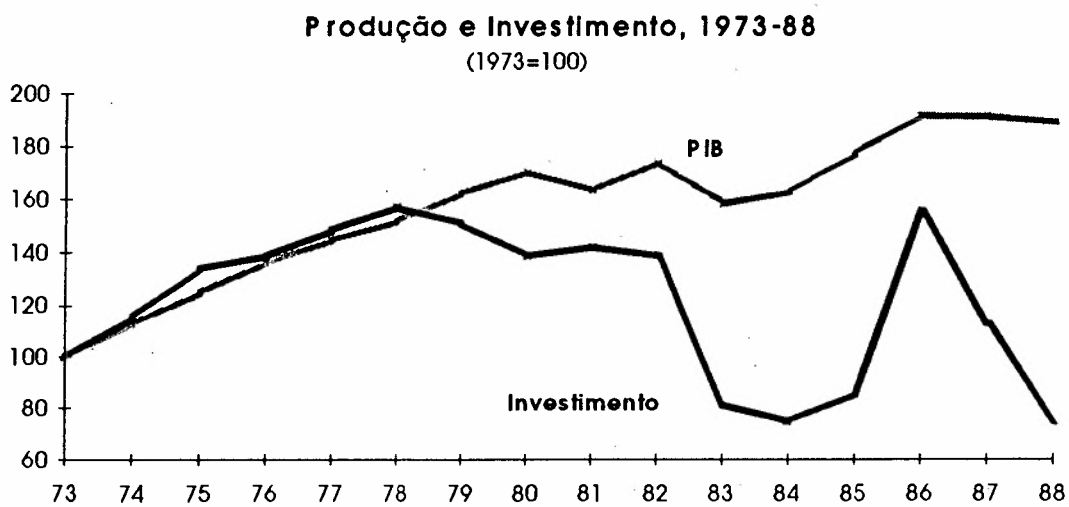
---

[6]Pastore, J. (1979), pg 160.

4.2. A Crise Brasileira

A queda dos investimentos iniciada em 1979 poderia sugerir uma redução na geração de oportunidades ocupacionais com efeitos sobre a mobilidade. A razão pela qual esta não foi uma causa de maiores efeitos sobre as taxas de mobilidade é que a geração de oportunidades manteve sua tendência de crescimento às custas da produtividade.

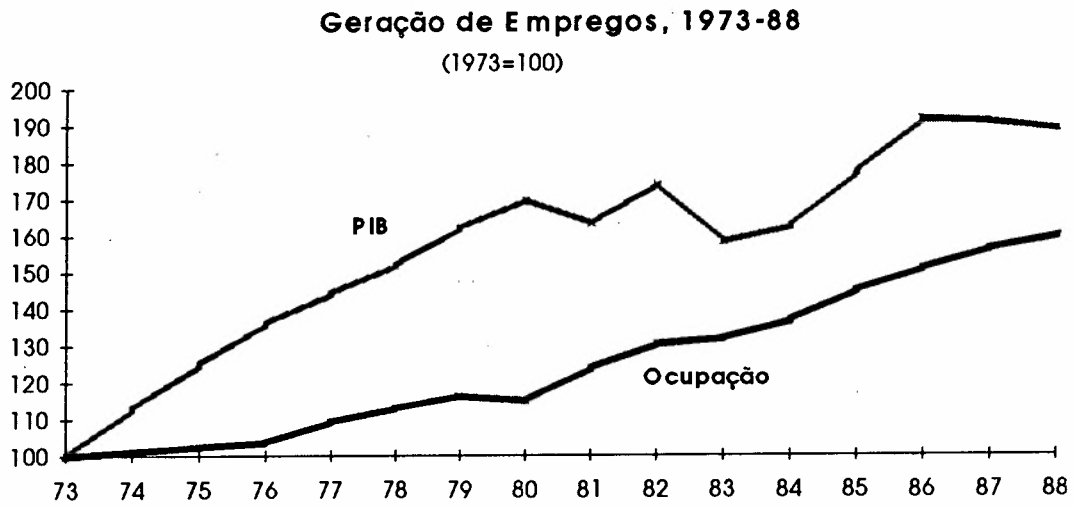
O gráfico abaixo mostra que, apesar da queda da FBCF a partir de 1979, o produto cresce por mais um ano, tem uma leve queda em 1981 e depois alguma recuperação em 1982. Como a variação de estoques foi pequena ou até negativa entre 1979 e 1982, deve ter havido um forte crescimento do consumo no período. Esta tendência se acentua até 1985 quando pela primeira vez os níveis de produto ultrapassam os de 1980. Então há um pico de investimentos em 1986 com o plano cruzado para haver em seguida um retorno à tendência anterior.



Fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil*, IBGE, 1990.

No próximo gráfico vê-se que apesar da queda do investimento a partir de 1979 as ocupações seguiram sua tendência de crescimento. Viu-se que não houve forte aumento do desemprego e a queda dos investimentos se traduziu em consumo. Uma política de crescimento baseada em ganhos de produtividade feita hoje terá um custo

muito mais elevado em termos de desemprego do que teria tido caso feita no começo da crise pois a capacidade de poupança e investimento não cresceu tanto quanto a PEA



Fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil*, IBGE, 1990.

Cacciamali (1991) estima que a produtividade da indústria brasileira caiu 2.3% ao ano no período 1979-87 em contraste com um crescimento de 2.0% ao ano entre 1970 e 1980. No setor terciário a queda foi de 1.3% ao ano em comparação com um crescimento anual de 3.0% no período anterior. Somente o setor agrícola manteve um crescimento anual acima de 4.5% no dois períodos.

Quanto à distribuição setorial da geração de empregos a tabela 4b mostra como, em termos de produto, até 1979, a agropecuária vinha perdendo participação para os serviços e a intermediação financeira em particular[7]. Com a queda dos investimentos, o principal atingido é o setor industrial. Como a produtividade vem caindo, porém, o efeito sobre o emprego deve ter sido menor.

[7]Supondo que a imputação de seus serviços seja um indicador confiável de seu crescimento.

4b. Repartição Setorial do PIB (%; anos escolhidos), 1973-88

	1973	1976	1979	1982	1985	1986	1987	1988
Agropecuária	12.63	11.14	10.82	12.14	12.38	10.57	11.75	11.92
Indústria	41.92	42.51	42.39	40.21	39.94	41.47	40.44	39.38
Serviços	51.35	53.06	54.20	56.05	56.15	56.51	56.33	57.65
Dupla contagem [8]	-5.90	-6.71	-7.41	-8.40	-8.47	-8.55	-8.52	-8.95
Total	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil*, IBGE, 1990.

Já se havia observado a maior volatilidade dos empregos no setor industrial. Sabe-se que um sub-setor particularmente sensível é a indústria de construção, um dos principais sub-setores de chegada para os migrantes rurais. Talvez isso possa ter tido algum efeito explicativo nas pequenas variações entre as taxas de mobilidade de 1982 e 1988[9].

4.3. O Estrato Médio-médio

O grande inchaço da classe média e seu papel na mobilidade descendente requerem algumas considerações.

Mostrou-se no capítulo 3 que uma parcela razoável dos que fizeram mobilidade ascendente em direção a esse setor vieram diretamente do estrato baixo-inferior.

O estrato médio-médio possui uma forte concentração de ocupações típicas do trabalho autônomo como pequenos comerciantes, pracistas, corretores, despachantes, músicos, mestres de obra ou professores. Com base nessa observação Pastore (1993) sugere:

---

[8]Imputação dos serviços de intermediação financeira.

[9]Observe-se como o pico de investimento de 1986, o ano do cruzado, se reflete em um aumento momentâneo da produção industrial às custas da agricultura.

> *...a expansão da classe média observada no período* [1973-88], *tanto para os pais como para os filhos, ocorreu em grande parte nas ocupações que permitem o trabalho autônomo e, quem sabe, na base informal*[10].

A possibilidade da mobilidade ascendente em direção ao estrato médio-médio se dar via mercado informal de trabalho possui diferentes implicações conforme a visão que se tenha da relação deste mercado com o do trabalho formal.

A associação do trabalho informal com o trabalho autônomo parece ter origem em trabalho do antropólogo Keith Hart sobre o mercado de trabalho urbano em Ghana em 1971. Mais tarde a idéia foi parcialmente adotada no conceito utilizado pelo International Labor Office (ILO), que acrescentou características como os baixos requisitos de capital e de escala e o uso de tecnologias ultrapassadas intensivas em trabalho. A essência era ver a economia informal como não inserida nos moldes do trabalho assalariado. Se a visão inicial de Hart parecia destacar a iniciativa e criatividade de pessoas trabalhando com poucos recursos, a aplicação do conceito para a América Latina, conduzida pelo PREALC, freqüentemente associou o mercado informal a atividades de mera sobrevivência.

Tratando não da economia informal mas da subterrânea, isto é, das atividades não regulamentadas, Portes e Schauffler (1993) mostram tendências recentes na literatura que sustentam que estas atividades desempenham importantes funções junto às atividades regulamentadas, seja fornecendo diretamente serviços "por fora" para a economia regulamentada, seja barateando produtos de consumo dos trabalhadores dos setores regulamentados reduzindo, assim, seus custos.

A importância dessa possibilidade consiste no fato de haver uma certa interseção da atividade subterrânea (não regulamentada) e informal (trabalho autônomo). Se no estrato médio-médio estiverem incluídos trabalhadores autônomos com estreitas ligações com o setor formal de modo a permitir alguma acumulação de capital, a visão do setor informal como sendo de mera sobrevivência naufraga.

Se, porém, a economia informal for constituída essencialmente de trabalhadores autônomos de baixa renda, é questionável se estes devem ser inseridos no estrato médio-médio[11].

Estudando a migração em direção às áreas metropolitanas brasileiras, Martine (1983) sustenta que "as ocupações que possuem maior capacidade de absorver migrantes recém chegados não são, necessariamente, como costuma-se sustentar, as

---

[10]Pastore, J. (1993) pgs 19 e 20.

[11]É importante lembrar que a hierarquização das ocupações feita por Valle Silva foi feita no começo da década de 70, quando a discussão sobre trabalho informal apenas começava

atividades do setor informal ou tradicional"[12], e apresenta dados mostrando a importância do setor de construção civil (predominantemente formal, segundo ele) na absorção dos migrantes recém chegados.

Por outro lado, o mesmo autor sustenta que o tempo de permanência na cidade influi bastante nas possibilidades de ascenção social dos migrantes. Ou seja, o setor informal poderia ser uma etapa posterior de adaptação, até mesmo porquea atuação na atividade informal "requer que transcorra um tempo mínimo de adaptação que permita estabelecer contatos, acumular algum capital e ganhar conhecimentos a respeito de como funciona a vida no meio urbano[13]".

Ao contrário dos pontos discutidos nas duas seções anteriores, não se tem aqui uma posição definida sobre a relação do setor informal com o estrato médio-médio e nem sobre quanto esta relação poderia conduzir a conclusões errôneas sobre os níveis passados e presentes de mobilidade ascendente ou descendente. Era preciso, no entanto, advertir para a possível existência do problema, dada a importância dos fluxos descendentes, a partir do estrato médio-médio, para a explicação elaborada para os processos de transformação da mobilidade social no Brasil.

[12]Martine, G. (1983) pg 32
[13]Martine, G. (1983) pg 32

5. Conclusão

Um dos aspectos da urbanização consiste na redistribuição de poder, riqueza e prestígio entre famílias na sociedade. Processos de rápida urbanização implicam em rápida redistribuição.

Durante um período de intensa migração rural-urbana, parece razoável esperar-se um ambiente de aspirações preenchidas de mobilidade ascendente. A mobilidade é uma comparação de relativos. Sobreviver na cidade pode significar olhar com orgulho para a vida rural que se deixou para trás. Mas uma vez que a grande maioria da população já está nas cidades, poucos são os que olharão para a vida no campo para avaliar sua condição.

Os estudos sobre a distribuição de renda no Brasil têm mostrado um persistente aumento das diferenças nas últimas décadas. Em termos de status, o fenômeno correspondente é explicado pelos menores diferenciais de status existentes entre os estratos inferiores da pirâmide social quando comparados como os que separam os estratos mais altos. Assim, a intensa mobilidade ascendente das décadas passadas não significou uma redução das desigualdades sociais. O final de um processo de urbanização é o final de um processo de rápida redistribuição de status, mas o resultado que fica não é, por isso, mais igualitário.

A retomada do crescimento no Brasil não significará a recuperação dos níveis de mobilidade do passado. A dinâmica da mobilidade se modificou, ela é qualitativamente diferente quando as famílias em questão são quase todas essencialmente urbanas. Esta é a guinada da mobilidade social brasileira.

Qual será a nova dinâmica nas inchadas cidades latino-americanas, com amplos setores informais ou subterrâneos? Qual é essa dinâmica em países cujas mudanças estruturais na produção serão cada vez mais ditadas pelo avanço da globalização da economia? Como a sociedade terá de se adaptar institucionalmente a essas mudanças para superar mais fácil e rapidamente os problemas de convívio social que surgirão?

São algumas das questões que ficam.

* * *

A epígrafe escolhida para esta dissertação revela a angústia familiar a todo pesquisador quando nem as evidências desconexas sobre a realidade, nem as tentativas de nela encontrar ordem satisfazem suas inquietações. Em livro entitulado *Heidegger: A*

Arte como Cultivo do Inaparente, a filósofa Thais Curi Beaini comenta as reflexões do poeta Rainer Maria Rilke sobre a obra do escultor Auguste Rodin. Ele afirma que "...nas coisas artísticas...o importante não é ter determinada aparência ou produzir um efeito; trata-se sobretudo de estarem bem feitas", sendo que "bem-feita", comenta ela, se refere à "disponibilidade de penetrar no mistério que envolve o real"[1].

Esta disponibilidade é tão científica quanto estética. É ela que deve estar presente tanto nos modelos esteticamente impecáveis dos economistas quanto nos infindáveis testes estatísticos dos sociólogos. Fazer "bem feito" não é um método, não é optar entre a ordem ou a desordem -- ambas insatisfatórias-- mas é, antes de tudo, a disponibilidade perante o objeto, rondá-lo até que ele se revele, e então simplesmente estender a mão para tocá-lo.

Quando se é colocado frente a um problema complexo como a mobilidade social, parece haver algo de fértil nisso. É o que se buscou fazer. Espera-se que com algum resultado.

---

[1]Beaini, Thais C., *Heidegger: A Arte Como Cultivo do Inaparente*, Edusp/Nova Stella, 1986 pg 135.

Anexo

A1. Estratos Sociais para o Brasil e Suas Principais Ocupações

Estratos	Ocupações
Alto	industriais e grandes fazendeiros; administradores de bancos e companias de seguro; engenheiros; médicos, procuradores, dentistas.
Médio-superior	administradores do serviço público; outros administradores; pecuaristas; técnicos de contabilidade; professores secundários.
Médio-médio	comerciantes; pequenos agricultores; auxiliares de escritório; professores primários; oficiais das forças armadas; pracistas e viajantes; caixas e tesoureiros; datilógrafos; mestres, contramestres e técnicos industriais; almoxarifes; mestres de obras; laboratoristas; desenhistas; administradores da agropecuária.
Médio-inferior	motoristas; pedreiros; mecânicos; carpinteiros; eletricistas; marceneiros; enfermeiros não diplomados; pintores.
Baixo-superior	empregados domésticos; balconistas e entregadores; porteiros, vigias e serventes; serventes de pedreiro; alfaiates e costureiros; trabalhadores braçais sem especificação; lavadeiras e engomadeiras; tecelões; sapateiros.
Baixo-inferior	trabalhadores de enxada; trabalhadores de pecuária; chacareiros; pescadores; apanhadores e descascadores.

Fonte: Elaborado a partir da amostra de 1973 como explicitada em Pastore (1979)

Obs.: Aproximadamente 99% do setor baixo-inferior estavam, em 1973, no setor agrícola, enquanto cerca de 98% dos ocupados no setor agrícola estavam no estrato baixo-inferior; mais de 90% dos ocupados no setor industrial estavam divididos entre os estratos baixo-superior e médio-inferior.

A2. Matrizes de Mobilidade Intergeracional (milhares), 1973, 82, 88

Matriz de Mobilidade Intergeracional, 1973 (milhares)

Status do Pai	Status do Indivíduo 1	2	3	4	5	6 Total	
Alto	264	199	240	111	44	27	886
Med-sup	209	394	394	213	84	80	1,374
Med-med	526	874	2,213	1,156	642	703	6,114
Med-inf	157	358	890	1,908	614	194	4,121
Bai-sup	98	226	633	1,082	728	290	3,057
Bai-inf	288	719	3,767	6,067	5,003	12,911	28,755

Matriz de Mobilidade Intergeracional, 1982 (milhares)

Status do Pai	Status do Indivíduo 1	2	3	4	5	6 Total	
Alto	372	313	256	135	66	13	1,154
Med-sup	407	869	799	557	208	46	2,886
Med-med	1,016	2,273	8,972	5,997	3,893	2,056	24,207
Med-inf	322	998	1,558	3,401	1,251	146	7,676
Bai-sup	147	476	880	1,693	1,084	116	4,395
Bai-inf	108	574	4,146	5,080	3,859	4,182	17,950

Matriz de Mobilidade Intergeracional, 1988 (milhares)

Status do Pai	Status do Indivíduo 1	2	3	4	5	6 Total	
Alto	201	163	120	57	35	1	577
Med-sup	240	539	382	237	119	29	1,547
Med-med	515	1,307	5,256	2,985	1,941	1,202	13,206
Med-inf	221	698	954	2,139	782	118	4,913
Bai-sup	87	330	522	1,011	715	128	2,793
Bai-inf	37	279	1,337	2,211	1,616	1,866	7,347

Fonte: Elaborado a partir de Pastore, José, 1983.

A3. Matrizes de Mobilidade Intergeracional (%), 1973, 82, 88

Matriz de Mobilidade Intergeracional, 1973 (%)

Status do Pai	Status do Indivíduo 1	2	3	4	5	6 Total		Total-pais
Alto	29.8	22.5	27.1	12.5	5.0	3.1	100.0	2.0
Med-sup	15.2	28.7	28.7	15.5	6.1	5.8	100.0	3.1
Med-med	8.6	14.3	36.2	18.9	10.5	11.5	100.0	13.8
Med-inf	3.8	8.7	21.6	46.3	14.9	4.7	100.0	9.3
Bai-sup	3.2	7.4	20.7	35.4	23.8	9.5	100.0	6.9
Bai-inf	1.0	2.5	13.1	21.1	17.4	44.9	100.0	64.9

Matriz de Mobilidade Intergeracional, 1982 (%)

Status do Pai	Status do Indivíduo 1	2	3	4	5	6 Total		Total-pais
Alto	32.2	27.1	22.2	11.7	5.7	1.1	100.0	2.0
Med-sup	14.1	30.1	27.7	19.3	7.2	1.6	100.0	5.0
Med-med	4.2	9.4	37.1	24.8	16.1	8.5	100.1	41.9
Med-inf	4.2	13.0	20.3	44.3	16.3	1.9	100.0	13.3
Bai-sup	3.3	10.7	19.8	38.1	24.4	2.6	98.9	7.7
Bai-inf	0.6	3.2	23.1	28.3	21.5	23.3	100.0	31.1

Matriz de Mobilidade Intergeracional, 1988 (%)

Status do Pai	Status do Indivíduo 1	2	3	4	5	6 Total		Total-pais
Alto	34.8	28.3	20.8	9.9	6.0	0.2	100.0	1.9
Med-sup	15.5	34.8	24.7	15.3	7.7	1.9	99.9	5.1
Med-med	3.9	9.9	39.8	22.6	14.7	9.1	100.0	43.5
Med-inf	4.5	14.2	19.4	43.5	15.9	2.4	99.9	16.2
Bai-sup	3.1	11.8	18.7	36.2	25.6	4.6	100.0	9.2
Bai-inf	0.5	3.8	18.2	30.1	22.0	25.4	100.0	24.2

Fonte: Elaborado a partir de Pastore, José, 1983.

A4. Taxa de Desocupação (% não ocupada da PEA), 1973-90

Ano	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
%	2.6	2.3	2.1	1.8	2.3	2.4	2.8	2.2	4.3
Ano	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
%	3.9	4.9	4.3	3.4	2.4	3.6	3.8	3.0	3.7

Fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil*, IBGE, 1990.

Obs.: Os dados de ocupação utilizados para os anos de 1974 e 75 são interpolações geométricas enquanto o de 80 é do censo.

A5. Estrutura Ocupacional (% do total), 1973, 82, 88

	1973	1982	1988
alto	3.5	4.1	4.3
médio-superior	6.3	9.5	10.9
médio-médio	18.4	28.5	28.2
médio-inferior	23.8	28.9	28.4
baixo-superior	16.0	17.7	17.2
baixo-inferior	32.0	11.2	11.0
Total	100.0	100.0	100.0

Fonte: Elaborado a partir das Matrizes de Mobilidade (A1)

A6. Chefes de Família Ocupados por Estrato (milhares), 1973-88

	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
alto	589	609	659	701	723	767	779	814
med-sup	1,061	1,124	1,284	1,419	1,489	1,632	1,669	1,782
med-med	3,098	3,291	3,785	4,200	4,416	4,856	4,971	5,317
med-inf	4,007	4,153	4,527	4,842	5,005	5,338	5,425	5,687
bai-sup	2,694	2,770	2,964	3,126	3,211	3,384	3,429	3,565
bai-inf	5,387	5,224	4,806	4,456	4,274	3,902	3,805	3,512
Total	16,835	17,172	18,030	18,751	19,127	19,892	20,091	20,693
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
alto	850	930	942	990	1,052	1,104	1,158	1,191
med-sup	1,898	2,156	2,195	2,353	2,559	2,731	2,911	3,018
med-med	5,675	6,467	6,528	6,774	7,094	7,362	7,642	7,809
med-inf	5,958	6,558	6,617	6,857	7,168	7,430	7,702	7,864
bai-sup	3,705	4,016	4,050	4,187	4,365	4,514	4,670	4,763
bai-inf	3,211	2,541	2,564	2,657	2,777	2,878	2,983	3,046
Total	21,314	22,691	22,918	23,835	25,026	26,027	27,069	27,690

Fonte: *Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio*, IBGE, vários anos.

A7. Chefes de Família Ocupados por Estrato (%), 1973-88

	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
alto	3.5	3.5	3.7	3.7	3.8	3.9	3.9	3.9
med-sup	6.3	6.5	7.1	7.6	7.8	8.2	8.3	8.6
med-med	18.4	19.2	21.0	22.4	23.1	24.4	24.7	25.7
med-inf	23.8	24.2	25.1	25.8	26.2	26.8	27.0	27.5
bai-sup	16.0	16.1	16.4	16.7	16.8	17.0	17.1	17.2
bai-inf	32.0	30.4	26.7	23.8	22.3	19.6	18.9	17.0
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
alto	4.0	4.1	4.1	4.2	4.2	4.2	4.3	4.3
med-sup	8.9	9.5	9.6	9.9	10.2	10.5	10.8	10.9
med-med	26.6	28.5	28.5	28.4	28.3	28.3	28.2	28.2
med-inf	28.0	28.9	28.9	28.8	28.6	28.5	28.5	28.4
bai-sup	17.4	17.7	17.7	17.6	17.4	17.3	17.3	17.2
bai-inf	15.1	11.2	11.2	11.1	11.1	11.1	11.0	11.0
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: *Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio*, IBGE, vários anos.

A8. Taxa Anual de Crescimento do Emprego (%), 1974-90

Ano	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	
ocupação total	1	1	1	6	3	3	-1	8	
chefes de família	2	5	4	2	4	1	3	3	
Ano	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
ocupação total	5	1	4	6	4	4	2	3	2
chefes de família	6	1	4	5	4	4	3	3	3

Fonte: *Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio*, IBGE, vários anos.

A9. Taxa Anual de Crescimento do Emprego Industrial (%), 1977-90

Ano	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
ocupações industriais	0.3	2.6	2.2	2.9	-13.0	-3.7	-8.7
Ano	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
ocupações industriais	3.5	6.8	13.1	-6.5	-2.7	5.6	-14.3

Fonte: *Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio*, IBGE, vários anos.

A10. Investimento, Produção e Emprego, 1973-88

	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Ocupados	100.0	101.1	102.3	103.4	109.2	113.0	116.1	114.9
PIB	100.0	113.0	124.7	135.9	144.2	151.8	162.1	169.9
FBCF	100.0	115.3	134.0	138.4	148.4	157.0	150.8	138.7
Var. estoques*	8.2	13.0	13.6	3.9	4.9	5.4	-1.4	2.7
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Ocupados	123.6	130.3	131.8	136.5	144.7	150.7	156.1	159.7
PIB	163.3	174.0	158.2	162.4	177.1	191.5	191.0	188.9
FBCF	141.8	138.7	81.3	74.7	85.0	155.4	112.8	74.9
Var. estoques*	0.9	-2.2	-6.5	-5.1	9.0	8.2	-0.3	-1.1

Fontes: *PNAD*, vários números; e *Estatísticas Históriacas do Brasil (1990)*, IBGE

Obs1: PIB a preços de mercado deflacionado pelo IGP (og); FBCF deflacionado pelo IPA-DI

Obs2: Ocupação de 1974 e 75 são interpolações lineares; 1980 é dado do censo.

* índice proporcional à FBCF; demais variáveis, 1973=100.

Bibliografia

Barber, Bernard, *Social Stratification*, Harcourt, Brace and World, Inc., 1957.

Bills, David B., and Archibald O. Haller, "Socioeconomic Development and Social Stratification: Reassessing the Brazilian Case", *The Journal of Developing Areas* 19, Oct. 1984.

Bills, David B.; Haller, Archibald O.; Kelley, Jonathan; Olson, Mary B. and Pastore, José, "Class, Class Origins, Regional Socioeconomic Development and The Status Attainment of Brazilian Men", *Research in Social Stratification and Mobility*, v 4, 1985.

Cacciamali, Maria Cristina, *Mudanças Recentes no Produto e no Emprego: Uma Comparação Entre os Países Industrializados e Aqueles em Desenvolvimento*, mimeo, 1991

Castro, Manoel C. e Pastore, José, "Cambios Ocupacionales, Movilidade y Desigualdad Social em Brasil", in *Movilidad Ocupacional y Mercados de Trabajo*, PREALC, 1983.

Estatísticas Históricas do Brasil, IBGE, 1990.

Featherman, David L. and Robert M. Hauser, *Opportunity and Change*, Academic Press, 1978 (cap. 2: "The Occupational Structure: Measurement and Trend")

Giddens, Anthony, *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas*, Zahar Ed., 1975.

Grusky, Davis B., "Industrialization and The Status Attainment Process: The Thesis of Industrialism Reconsidered", *American Sociological Review*, v48, Aug 1983.

Grusky, Davis B., and Hauser, Robert M., "Comparative Social Mobility Revisited Models of Convergence and Divergence in 16 Countries", *American Sociological Review*, v 49, Feb 1984

Haller, Archibald O., "Changes in the Structure of Status Systems", *Rural Sociology*, vol 35, n 4, Dec 1970.

----------, "A Socioeconomic Regionalization of Brazil", *Geographical Review*, v 72, n 4, Oct 1982

Hauser, Robert; Dickinson, Peter J.; Travis, Harry P. and Koffel, John N., "Temporal Change in Occupational Mobility: Evidence for Men in The United States", *American Sociological Review*, v 40, jun 1975. (a)

----------, "Structural Changes in Occupational Mobility Among Men in the United

States", *American Sociological Review*, v 40, Oct 1975. (b)

Hazelrigg, Lawrence E. e Maurice A. Garnier, "Occupational Mobility in Industrial Societies: A Comparative Analysis of Differential Access to Occupational Ranks in Seventeen Countries", *American Sociological Review*, v 41, jun 1976.

Krymkowski, Daniel H., "The Process of Status Attainment Among Men in Poland, the U.S.

and West Germany", *American Sociological Review*, v 51, Feb 1991.

Kuznets, Simon, *Teoria do Crescimento Econômico Moderno. Taxa, Estrutura e Difusão*. Zahar Ed. (1974). (Primeira versão em Inglês: 1966).

MacRae Jr., Duncan, "Review Essay: The Sociological Economics of Gary Becker", *American Journal of Sociology*, v 83, n5, 19?

Martine, George, "Movilidad Espacial y Ocupacional en Brasil: Aspectos Sustantivos y Metodológicos", in *Movilidad Ocupacional y Mercados de Trabajo*, PREALC, 1983.

Martine, George; Beltrão, Kaizô; Camarano, Ana Amélia; Neupert, Ricardo, "A Urbanização no Brasil: Retrospectiva, Componentes e Perspectiva" em *Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas para a Década de 90 v 3*, IPEA/IPLAN, 1990.

National Opinion Research Center, "Jobs and Occupations: A Popular Evaluation" in Reinhard Bendix and Seymour Martin Lipset (Ed.), *Class, Status and Power. A Reader in Social Stratification*, The Free Press, 1953.

Pastore, José, *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*, T.A. Queiroz, 1979.

----------, *O Que Está Acontecendo com A Mobilidade Social*, mimeo, 1993.

Pastore, José e Zylberstajn, Hélio, *Social Mobility in Brazil, 1973-82. The Role of Education in Status Determination*, mimeo, 1991.

Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio (PNAD), IBGE, série de 1971 a 1990.

Portes, Alejandro e Schauffler, Richard, "Competing Perspectives on The Latin American Informal Sector" in *Population and Development Review*, v 19, n 1, mar 1993

Rosen, Sherwin. e Winship, Christopher, "Introduction: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure", *American Journal of Sociology*, v 94, suppl., 1988.

Sharlin, Allan, "From the Study of Social Mobility to the Study of Society", *American Journal of Sociology*, v 85, n 2, 1979.

Shumpeter, Joseph, *History of Economic Analysis*, Oxford University Press, 1954. (parte

1, cap 3).

Sin-Kwok Wong, Raymond, "Understanding Cross-National Variation in Occupational Mobility", *American Sociological Review*, v 55, Aug 1990.

Slomczynski, Kazimierz M. e Tadeusz K. Krauze, "Cross-National Similarity in Social Mobility Patterns: A Direct Test of The Featherman-Jones-Hauser Hypothesis", *American Sociological Review*, v 52, 1987.